

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal. Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos e que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Pinto da Cunha Caetano.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta, Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito, Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Aldeia das Dez, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da XVIII Edição da Festa da Castanha.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.000,00 € (sete mil euros), como apoio à realização da Feira do Porco e do Enchido - 2022.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Seixo da Beira, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da Festa do Pão, Bolos e Bolas - 2022.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea h), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação para o período 2023-2026.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2022 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2022.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; O Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; A Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Antes de efetuarmos as inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia tenho aqui um Voto de Pesar, proposto pela Junta de Freguesia de Lourosa, e peço ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques da Silva, para efetuar a leitura da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Patrocínio Nunes, a nossa Tia China.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, para efetuar a leitura da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Patrocínio Nunes, a nossa Tia China:

“Voto de Pesar - A Freguesia de Lourosa propõe um Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Patrocínio Nunes, a nossa Tia China como carinhosamente era tratada, que foi durante mais de meio século “Guardiã do Templo” na nossa Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa.

Maria do Patrocínio Nunes, nasceu a 17 de outubro de 1929, faleceu a 6 de dezembro aos 93 anos.

Dedicação, humildade, zelo, fé e amor foram marcas de uma vida dedicada à Igreja de São Pedro de Lourosa, num verdadeiro espírito altruísta e desinteressado, mantendo a tradição de décadas: Quem chegava a Lourosa, e pretendia visitar a nossa igreja, tinha que tocar duas vezes no sino, dando o sinal para que viesse a Tia China abrir a porta da igreja aos visitantes.

Recorde-se que a Tia china, com a instrução primária incompleta, é a única pessoa da Freguesia galardoada com a Medalha de Mérito Municipal,

atribuída pelo Município de Oliveira do Hospital em 7 de outubro de 2017, distinção a personalidades a “cujo prestígio, cargo ou ação são merecedoras da distinção”, pela relevante dedicação em prol do nosso Monumento Nacional.

Quem com a Tia China teve oportunidade de privar recordá-la-á como uma pessoa amiga, afável, disponível, zelosa, de sorriso aberto e que tinha sempre na memória ativa inúmeras histórias sobre Lourosa e saberes sobre a nossa igreja.

Muito obrigado Tia China, pela pessoa que foi e por tudo o que fez pela nossa igreja e pela nossa Freguesia! Foi, é e será um ícone da Freguesia e uma figura incontornável associada à nossa igreja.

Ficará marcada de forma indelével na memória dos Laurosenses e do nosso Concelho.

A Tia China é, sem dúvida, parte da nossa história!

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento e manifestar à família enlutada as mais sentidas condolências.”

“Quero ainda agradecer ao Município de Oliveira do Hospital que, em 2017, agraciou a Tia China com tamanha distinção. É, sem dúvida, um marco importante para toda a Freguesia e para toda a população. Agradecer também a quem se lembrou de erigir o seu busto ainda em vida, perpetuando o maior ícone da Freguesia de Lourosa.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Patrocínio Nunes, a nossa Tia China, foi aprovado por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois.

Pergunto se há alterações ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que tenham passado um Natal em paz e fundamentalmente com saúde. Desde já desejo a todos sem exceção que tenham uma boa passagem de ano para o próximo ano que aí vem e que, segundo aquilo que dizem por aí os analistas, poderá não ser um ano muito famoso, mas vamos ver e esperemos que não seja bem assim!

Começo por agradecer ao Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, o empenho que tiveram, e que resultou bem, na candidatura das antigas escolas primárias de Ervedal da Beira para o programa da Bolsa Nacional da Habitação Urgente e Temporária. Foi aprovada uma candidatura para aquelas escolas e esperemos que a recuperação daquele espaço que há muito se desejava, e tendo aquelas escolas ardido nos incêndios de 2017, esperemos que futuramente, e que após essa recuperação e esse investimento que lá irá ser feito, se dê alguma utilidade, que no fundo é isso que se pretende, àquelas escolas que muito dizem aos Ervedalenses porque muitas gerações por lá passaram, e eu também passei, e gostávamos muito de ver aquele espaço melhorado. Aquele investimento irá aproximar-se de meio milhão de euros.

Quero trazer também aqui um tema que tem andado aí muito em voga e que é a questão das obras e do passadiço ou ponte pedonal do Açude da Ribeira: Tenho assistido na praça pública a diversas opiniões, nomeadamente a nível de alguns promotores que por aí andam com uma petição pública, acerca do que chamam de monstro, e, sinceramente, não vejo ali monstro nenhum!

Depois, choca-me, porque hoje fala-se de tudo e mais alguma coisa, critica-se tudo e mais alguma coisa, e critica-se com argumentos que não se entendem, são falsos argumentos, são coisas que não se concebem. Gostaria que alguém me explicasse quando vejo escrito por esses promotores e depois passam essa mensagem para a comunicação social com argumentos que são completamente falaciosos.

Depois, diz-se que aquela obra que ali está irá interferir no leito normal do rio e, isto, é uma coisa que não cabe na cabeça de ninguém! Só quem não sabe aquilo que ali está e como é o leito do rio porque o leito do rio continuará a ser o normal leito do rio e aquela obra não vai interferir rigorosamente em nada! Como é que esta gente consegue ver isso? Eu não consigo ver isso! Como é que o leito do rio vai ser afetado por aquela estrutura que está ali?

Depois, dizem também que aquilo vai influenciar negativamente a flora e a fauna daquela zona envolvente ao Açude da Ribeira. Sinceramente, não vejo como é que a flora vai ser afetada? A flora que lá está é a que sempre existiu e é aquela que vai continuar a existir e não é devido àquela obra que a flora existente vai deixar de existir. Portanto, não vai haver impacto negativo nenhum, rigorosamente nenhum, contra a flora!

E, depois, quanto à fauna? Na fauna haverá impacto positivo, no meu entender, porque os bichinhos já podem atravessar o rio de uma margem para a outra por um passadiço.

Essa verborreia, e desculpem-me o termo, dessas pessoas que se vê por aí com falta de argumentos para atacar uma obra que ali está e que vai ser de todo o interesse. Este movimento teve realmente uma coisa positiva e sabem qual foi? Foi informar um órgão de comunicação social e dar publicidade ao Açude da Ribeira. Realmente essa parte foi positiva porque, assim, todo o país viu que existe o Açude da Ribeira em Ervedal da Beira no Concelho de Oliveira do Hospital. É a única coisa positiva que tudo isto tem porque todo o resto é negativo e são muito duvidosos os argumentos e as razões que movimentam estas pessoas.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que trago aqui é relacionado com a área da saúde. Gostava de saber como está a área da saúde do Vale do Alva e do Alvôco, principalmente o Centro de Saúde de Alvôco das Várzeas, o Centro de Saúde de Aldeia das Dez e o Centro de Saúde de Avô?”

Dizer ainda que Alvôco das Várzeas e Lourosa são as únicas Freguesias do Concelho que não têm fibra ótica. É uma vergonha para o nosso Concelho e para o interior do País!

Foi prometido pela Altice que até julho de 2021 a fibra ótica chegava a Alvôco das Várzeas. Alvôco das Várzeas precisa urgentemente de fibra ótica. Sei que a Câmara Municipal tem feito algum trabalho mas temos que criar mais pressão para resolvermos este assunto.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar o desejo sincero de Boas Festas e que o ano novo traga tudo o que desejam essencialmente saúde para todos os que nos são queridos.

O Concelho de Oliveira do Hospital está a viver um período de grandes obras com um volume muito significativo quer em quantidade quer em termos monetários. Há muitos anos que não vivíamos no Concelho de Oliveira do Hospital um investimento tão elevado e tão significativo.

Sabemos que estamos a atravessar uma época que não é fácil, temos a revisão de preços motivada por razões de aumento de custos dos materiais que não eram previsíveis. Sabemos também que o preço dos combustíveis sobe e que naturalmente isso se reflete no custo da obra. A título de exemplo falo-vos em meia dúzia de obras: A grande recuperação que está em curso na Zona Histórica de Oliveira do Hospital que já vai no seu último lote; O Campus Educativo que é uma obra muito significativa para as nossas crianças e para os nossos jovens; A Casa da Cultura que está na fase final de desenvolvimento; A Zona Industrial que, numa série de complexidades elevada, está na fase final.

Estas são obras mais visíveis mas temos outras que podia referir. Há obras que não se veem mas são muito significativas em termos de investimento e falo, por exemplo, da obra que teve lugar na rua Fausto Soares junto à papelaria Meio Mundo, é uma obra de drenagem de águas pluviais e esgotos muito significativa numa zona muito sensível da cidade.

Vamos ter também em algumas Freguesias, nomeadamente na zona do Vale do Alva, um investimento muito significativo na obra da Ponte das Três Entradas e que é uma obra desejada pelas gentes daquela zona.

Para finalizar, peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos faça um ponto da situação destas obras, nomeadamente o término das mesmas e os investimentos em causa.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“ Quero fazer algum destaque a esta época natalícia e espero que tenham passado um bom Natal e desejar-vos um excelente ano de 2023.

Vivemos numa conjuntura um bocado complicada, acho que já o referi aqui algumas vezes, e de há uns anos para cá tem sido complicado mas os Executivos desta Câmara Municipal têm resistido muito bem a essas situações adversas e têm mantido o Concelho a evoluir e, por isso, ficam aqui, desde já, as minhas felicitações.

Referir também, nesta quadra de Natal, a Iluminação de Natal e o exemplo que a Câmara Municipal deu com a contenção de gastos: Acho que se fez uma Iluminação de Natal digna, apesar de ter uma forma mais discreta mas que assinalou bem a quadra natalícia e, isso, é de enaltecer porque é um exemplo de boa gestão numa época tão difícil, e que a energia elétrica está tão cara, e certamente que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos informará do aumento dos custos da energia no Município.

Portanto, isto é um bom exemplo para todos nós! Mas, apesar desta contenção, o Executivo deste Município fez uma série de eventos que gostaria de sinalizar: Começava pelo Natal do Mercado onde houve venda de produtos, houve música, houve teatro, houve uma série de atividades que foram bem-sucedidas; Depois, tivemos a animação de rua com a participação também do Agrupamento de Escolas e da EPTOLIVA e de alguns grupos culturais do Concelho; Tivemos a Rota dos Presépios e dos Cepos; Tivemos o sítio da brincadeira para as crianças com comboio e carrinhos de choque no jardim Oliveira Mano; Tivemos exposições temáticas; Tivemos o ciclo pelas igrejas, com doze concertos, numa iniciativa que se desenrolou durante todo o mês de dezembro; Tivemos as prendas de natal para as crianças do Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico; Tivemos a Caminhada de Natal promovida pelo Programa mOHve-te; Tivemos o mercadinho das IPSS; Tivemos o concurso do Postal Digital de Natal; Tivemos a decoração das ruas da cidade com a Iluminação de Natal; Tivemos o Concurso de Montras que é um incentivo às compras no comércio local, no âmbito do projeto “Cá Compra, Cá Fica”, iniciativas em que a ADI promove um investimento de cerca de oito mil euros. Estas iniciativas tiveram como principal foco a sustentabilidade e a preocupação com a eficiência energética.

Portanto, queria parabenizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo, na pessoa da Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Graça, por esta iniciativa porque foi realmente uma Quadra Natalícia que correu muito bem, apesar do mau tempo.

Queria solidarizar-me também com a intervenção do meu colega Carlos Maia relativa ao Açude da Ribeira. No local temos uma perspetiva diferente daquela obra e, respeitando os gostos de cada um e a opinião de cada um, e realço, aqui, a democracia em que vivemos e que permite a manifestação da opinião de cada um de nós, mas, na minha perspetiva, acho que é uma obra que vem beneficiar o açude e a própria natureza vai encarregar-se de normalizar toda zona a envolvente.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a minha intervenção quero desejar-vos um próspero ano de 2023 e desejar que este novo ano traga tudo o que mais desejarmos.

O Partido Socialista de Oliveira do Hospital reconhece empresas do Concelho distinguidas com o prémio PME Excelência.

O PS de Oliveira do Hospital reconhece o mérito e o contributo para a economia local e nacional das oito empresas de Oliveira do Hospital distinguidas pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal como PME Excelência.

Relembramos que as empresas Hrq Restaurante, Lda, Irmãos Lopes & Cardoso, Lda, João Manuel Gouveia de Brito, Lda, PM Amaro - Construções, Lda, Queijos Lagos - Queijos e Derivados, Lda, Ritualnorma - Mediação Imobiliária, Lda, Seilimp, Lda e Stofel & Santos, Lda são reconhecidas como empresas geradoras de empregabilidade no Concelho e dessa forma dão um forte e importante contributo para o desenvolvimento e riqueza do Município da região e do país.

Esta distinção deve orgulhar todos os Oliveirenses, pois demonstra a dinâmica empresarial das empresas, a sua vitalidade e a capacidade de trabalho, coragem e resistência de todas as empresas do Concelho que, não sendo distinguidas, diariamente contribuem, no seu conjunto, para a riqueza do nosso Município.

A quantidade e qualidade destas distinções nos últimos anos é também um sinal de que o Município de Oliveira do Hospital se constituiu como um Concelho atrativo e com capacidade de acolher e apoiar as empresas, esperando-se certamente que outras se possam cá instalar, fruto do esforço que a Câmara Municipal está a fazer em termos de requalificação e ampliação das áreas de acolhimento empresarial do Concelho.

Por fim, queremos obviamente congratular-nos com o justo reconhecimento e louvor que a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a estas empresas PME Excelência, tal como tem vindo a ser hábito ao longo dos últimos anos.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Pouco mais venho acrescentar porque a grande parte dos meus colegas já falaram sobre os assuntos que eu queria falar.

Quero também agradecer às empresas do nosso Concelho distinguidas com o prémio PME Excelência que a Deputada Cristina Sousa já referiu.

Depois, trago aqui dois assuntos, e julgo que todos já pediram ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para explicar, sobre a grande reportagem da televisão em Oliveira do Hospital, e não é sobre a Feira do Queijo mas, desta vez, é sobre o Queijo da feira. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, com certeza, terá abertura para nos explicar o que é que aconteceu e também nos falará sobre a Casa da Cultura.

Começou a época das chuvas e há uma coisa que acontece todos os anos: A rotunda junto do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital tem problemas de drenagem de águas pluviais e todos os anos inunda e este ano também já inundou.

Deixo aqui o alerta e solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que em conjunto com os Técnicos Municipais verifiquem o que é possível fazer para melhorar a drenagem das águas pluviais.

Depois, e também já um anterior colega falou que Oliveira do Hospital é um poço de obras e que as obras nascem por todo o lado. Eu diria que as obras não nascem por todo o lado mas que se mantêm vivas: É o caso da Zona Industrial. E também já pedi ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para apontar uma data para a eventual conclusão da obra. Falaram também das obras na Zona Histórica. Estamos a falar de obras com quatro ou cinco anos de execução. Todas elas vêm de anteriores Executivos. A obra da Casa da Cultura também já pediram para o Sr. Presidente explicar e apresentar os prazos de términos das obras.

Referir também a Zona Industrial da Cordinha, e lembro-me que há cerca de um ano e meio, estávamos em plena campanha eleitoral, e o nosso candidato Francisco Rodrigues foi atacado porque não fazia o seu trabalho como devia ser. Havia dois empresários que tinham um investimento importantíssimo para fazer no Concelho de Oliveira do Hospital. Pergunto ao Sr. Presidente se já deu entrada nos Serviços Técnicos ou se sabe de alguma coisa? Para quando o início das obras desses grandes empresários? Quantos postos de trabalho? Qual o investimento? Já há algum valor que nos possa dar?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Trago a esta Assembleia Municipal três assuntos: Primeiro começava por fazer um agradecimento à Câmara Municipal pelo apoio que foi dado à União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira para a realização do evento Alva Skate Fest, e que, passados dois meses da sua realização, continua ainda a mexer bastante e a ter bastante feedback nas Redes Sociais. Tem sido um evento que tem promovido o Concelho de Oliveira do Hospital e toda esta região até ao Piódão. Temos visto que a comunidade de skaters tem-se deslocado muito para esta zona, tem visitado São Sebastião da Feira, Aldeia das Dez e Piódão.

Dizer também que tivemos participantes de sete Países e, isso, para nós, poder ser uma janela de oportunidade.

Quero fazer também um agradecimento à Proteção Civil Municipal. Há pouco falámos aqui de inundações na zona da rotunda do Centro de Saúde e gostava de dizer que quando temos intempéries normalmente os Presidentes de Junta da Zona Sul do Concelho vêm aqui reclamar e lamentar os prejuízos causados. Temos tido condições meteorológicas bastante adversas e, não sei se “por obra e graça do espírito santo” ou pela intervenção dos Serviços Municipais, não têm havido ocorrências de maior e, isso, também me apraz registar porque é um sinal de que a Proteção Civil e os Serviços Municipais têm feito o seu trabalho e têm evitado possíveis acidentes.

Acho que devemos reconhecer todo o trabalho efetuado e, por isso, deixo aqui o meu agradecimento aos Serviços Técnicos e aos Funcionários do Município.

Para terminar, gostava de fazer a seguinte questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Qual é a intervenção que vai ser feita na Ponte das Três Entradas?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à fibra ótica quero prestar o seguinte esclarecimento: Efetivamente a Freguesia de Lourosa anda a duas velocidades. Há cerca de dois ou três anos foi colocada a fibra ótica associada à rede 235 que é da área de Arganil. A rede da fibra ótica acabou na aldeia onde eu resido, em Casal de Abade, e, na altura, até disseram que era influência do Presidente da Junta de Freguesia porque só levou a fibra ótica até ao lugar onde residia, e ficou a rede

238 desprotegida de fibra ótica e, por isso, reforçava aqui o pedido também efetuado pelo colega de Alvôco das Várzeas.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo facto de ter escolhido para a gravação da Mensagem de Natal a Freguesia de Lourosa, nomeadamente a Igreja Moçárabe, para dar as Boas Festas à população, à comunidade, ao País e ao Mundo. Obrigado Sr. Presidente por ter escolhido a Freguesia de Lourosa a poucos dias de comemorarmos os 1111 anos da Igreja Moçárabe.

Quero agradecer também o facto de a Igreja de São Pedro de Lourosa ter sido incluída no Ciclo das Igrejas que decorreu nos meses de novembro e dezembro pelas diversas freguesias do Concelho. Obrigado, Sra. Vereadora e restante Executivo por se terem escolhido Lourosa para passar esta mensagem.

Queria deixar uma palavra de apreço relativamente à obra do Açude da Ribeira porque, enquanto autarca, sei o que é ouvir críticas injustas e ler nas redes sociais o que se escreve e difama a coberto algumas vezes de máscaras anónimas e, faria, aqui, alguma analogia com as obras que se processaram na requalificação do adro da Igreja Moçárabe com as obras que estão a decorrer no Açude da Ribeira: Não reagi aos comentários das redes sociais e fiz o meu trabalho de autarca no sentido de tentar minorar algumas coisas. Sofremos e ouvimos o que não gostávamos de ouvir mas, depois das obras concluídas, o que diziam que era o maior atentado a Lourosa, hoje, é reconhecido como uma grande obra. A democracia é isto mesmo e temos que saber ouvir e temos que saber respeitar. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, estou solidário convosco relativamente a esta temática até porque a opinião estética difere de pessoa para pessoa e creio que brevemente todas as pessoas vão reconhecer que está ali uma obra bastante interessante.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho que fez a seguinte intervenção:

“Terminado que está este ano de 2022 e volvido pouco mais de um ano de mandato autárquico permitam-me, mas tenho de começar este discurso com uma simples mas importante palavra: Obrigado! Obrigado porque este Executivo e, especialmente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco Rolo, teve, e tem, de enfrentar, a mudança no cenário internacional e conseqüentemente crise energética provocada pela invasão Russa da Ucrânia, em fevereiro. O Aumento da inflação, a disrupção das cadeias de abastecimento, a escalada de

preços e a subida das taxas de juro, num contexto de elevada incerteza para as autarquias, para as empresas e para as famílias.

Todos, sem exceção, sentimos estas dificuldades diariamente. Todas estas circunstâncias têm exigido que, mais uma vez, este Executivo, como no passado recente, esteja à altura das legítimas ambições dos nossos concidadãos, prosseguindo com determinação a estratégia de desenvolvimento sustentável que definimos quando nos apresentámos a sufrágio e construindo e robustecendo as respostas municipais para os desafios comuns.

Mas, não tem sido fácil! Muitas são as dificuldades que se nos atravessam no caminho. Houve alguns atrasos em obras importantes que é preciso assumir sem receios. Da mesma forma que precisamos de o dizer bem alto e sem constrangimentos que estes atrasos se devem ao desejo inabalável de não deixar ninguém para trás, de, muitas vezes, arrastar pessoas e empresas para o caminho do diálogo, da construção e da criação de valor. Podem crer que era muito mais fácil ir pelo caminho do litígio e da discórdia mas a postura conciliadora do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi, e bem, outra.

O Francisco Rolo tem vindo a demonstrar que é possível conciliar crescimento, coesão social e contas certas. Tem vindo a dialogar com todos, aproximando posições para ultrapassar dificuldades. Sei que não vos afastareis deste caminho, que é um caminho sustentável e sustentado. Este foi o mandato claro, expresso e largamente maioritário que os Oliveirenses nos confiaram.

Este Executivo tem tido, à nossa escala inclusiva, a capacidade de dar uma resposta coordenada e robusta, ou seja, verdadeiramente inclusiva à crise. Temos assim dado um contributo decisivo para não contribuir para a fragmentação das nossas empresas, protegendo assim o emprego e as famílias.

Em paralelo, temos de garantir que o forte investimento público, alavancado em apoios comunitários que este e o anterior executivo tiveram a arte e o engenho de conseguir, essencial à construção do nosso futuro comum não é sacrificado em prol dos condicionamentos orçamentais de curto prazo.

Hoje, em Oliveira do Hospital, ninguém questiona a importância de finanças públicas sãs, amigas do crescimento e da coesão social. Este tem sido, desde 2009, a marca de referência dos nossos Executivos. A responsabilidade orçamental e o rigor tornaram-se a norma. E ainda bem que assim é.

Foram as contas certas que nos permitiram apoiar trabalhadores, empresas e famílias durante a pandemia e que, agora, em face dos desafios geopolíticos, nos permitiram continuar a apoiar as famílias e as empresas mais vulneráveis.

Quero, por fim, desejar, a todas e a todos, um magnífico ano de 2023.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, trago quatro pontos a esta Sessão da Assembleia Municipal e, nesta minha intervenção, destaco o tempo invernal que se tem sentido, e que se prevê, e a situação do Caminho das Eiras que continua sem resolução, e que preocupa todos os Alvocenses e pondo em risco algumas moradias. Apelo ao Executivo da Câmara Municipal uma rápida análise e intervenção nesta situação e que conste no Orçamento do Município para 2023.

Outro ponto é a situação de desmoronamento e fissuras apresentadas e que se acentuaram no Açude da Moenda e no Açude do Parente. São açudes construídos ao longo do Rio Alvoco e apesar de já haver sinais de tentativas de contenção é notório o aumento da cratera e fissuras na base dos açudes o que levará a que, com o tempo e a passagem das águas, a situação piore, ao ponto do açude abater. Peço uma análise urgente para esta situação já reportada anteriormente.

A ETAR de Alvôco das Várzeas tende a afetar o meio envolvente e a sua população. Os efluentes tratados que supostamente deveriam ser integralmente cuidados em determinadas alturas do ano, e não o são, e dão então origem a maus cheiros e incómodos visuais que nada se coadunam com o local do Açude da Moenda, zona balnear, paisagística e turística onde os mesmos são despejados. Esta situação provoca incómodos aos residentes, aos proprietários de Turismo Rural, aos habitantes Alvocenses e aos turistas que usufruem da zona da moenda. Pedimos ajuda à Câmara Municipal para que em diálogo se arranje uma solução para o despejo dos mesmos.

Relativamente ao assunto da fibra ótica, já reunimos com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e ele também mostra toda a disponibilidade para ajudar, o Executivo da Junta de Freguesia encontra-se a fazer recolha de assinaturas para que desta forma possamos mostrar a força de Alvôco. Somos poucos mas, unidos, somos muitos. Após termos todas as assinaturas iremos fazer chegar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que ele com mais força possa pressionar a entidade responsável.

Por fim, e apesar de termos em Alvôco das Várzeas uma ferramenta importante, como é o Balcão SNS 24, não podíamos deixar de continuar a lutar pela recolocação de um médico para a Extensão de Saúde de Alvôco das Várzeas. Achamos que Alvôco das Várzeas merece e tem direito como todas as

outras freguesias. No dia 3 de janeiro irá fazer um ano que nos encontramos sem Médico de Família e, pelas características próprias e, por ser uma Freguesia distante da Sede do Concelho, por ser uma Freguesia com população mais envelhecida e onde os cuidados de saúde são muito importantes, peço à Câmara Municipal o auxílio para que a Extensão de Saúde não seja definitivamente fechada em Alvôco das Várzeas.

Aproveito, ainda, para desejar que o ano de 2023 seja para vós e para as vossas famílias e para as famílias do nosso Concelho um ano de excelência.”

Depois, foi dada a palavra à Tesoureira da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Venho, aqui, em representação da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa para agradecer ao Município, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal e da Sra. Vereadora Graça, o apoio dado para o restauro da Capela da Póvoa das Quartas. Aproveito também para agradecer a conclusão das obras de saneamento no Soitinho e na Malhadoura, obras muito ansiadas pela população e que finalmente foram concluídas.

Apelo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo para se lembrarem, da Rua D. Manuel I, uma rua principal de Lagos da Beira que não tem saneamento e há muitos anos que o Município tem vindo a fazer promessas a toda a população e nós estamos constantemente sujeitos a críticas porque são feitas promessas e a obra não se vê e não sai do papel.

Venho pedir para que a obra de ampliação do Cemitério de Lagos da Beira passe todos os entraves, é uma obra que já nos foi passada pelo antigo Presidente da Junta de Freguesia, José António Guilherme, e que até ao momento ainda não avançou. O projeto está feito, está orçamentado, mas também não passa do papel. A preocupação é muita porque é uma obra de extrema importância e porque o antigo Cemitério tem uma lotação de 95 %.

Votos de um excelente ano de 2023.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Boas Festas e desejo um ano de 2023 muito feliz para todos.

Trago aqui duas ou três notas e a primeira nota é para referenciar a Feira do Porco e do Enchido que decorreu nos dias 12 e 13 de novembro e que foi um êxito e que se afirmou mais uma vez como um marco indelével no que é a

expressão de cultura popular no Concelho de Oliveira do Hospital. Quero também saudar a disponibilidade das agentes locais e regionais para o apoio à feira, no concreto o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que se disponibilizou com a participação dos alunos da Escola de Lagares da Beira para a figuração nas representações sobre o passado românico do Concelho e também da Freguesia de Meruge e também o Clube de Atlético de Oliveira do Hospital.

Quero destacar a genuinidade da Feira do Porco e do Enchido que tem expressões únicas, nomeadamente no espaço criança que desde a primeira edição tem os passeios de burro e este ano já foi alargado e teve insufláveis e teve também uma componente vincada na afirmação e promoção dos valores etnográficos da tradição cultural, nomeadamente com a exposição e demonstração de jogos tradicionais. Não vou falar dos grupos todos mas queria destacar o espetáculo dado pelo Grupo GEFAC-Grupo Etnográfico e Folclórico da Academia de Coimbra que no sábado de facto encheu as medidas ao muito público que encheu a Associação dos Amigos de Meruge.

Temos proposto que esta iniciativa seja inserida no Roteiro Municipal, a par da EXPOH e da Feira do Queijo. Na minha modesta opinião creio que as suas características distintivas e a afirmação dos seus valores culturais e etnográficos merecem esta distinção tal como a promoção televisiva. É lamentável, na minha perspetiva, para além do trabalho, que tenho que reconhecer, que foi feito na divulgação com o apoio do Município de Oliveira do Hospital, acho que a Feira do Porco e do Enchido devia ser inserida também nesse pacote que o Município tem para promoções nas televisões.

Quero registar também o apoio imprescindível do Município de Oliveira do Hospital nos aspetos logísticos e sem os quais a feira ficaria mais pobre. Um agradecimento também aos trabalhadores do Município de Oliveira do Hospital que deram de facto um contributo muito grande nos dias que antecederam a feira. Agradecer também aos Srs. Vereadores pelo apoio dispensado nos diferentes aspetos.

Relativamente a outras questões relacionadas com a Freguesia de Meruge vinha registar também aquilo que já foi hoje transmitido: O excesso de chuva tem feito cair imensos barrancos e muros em vários sítios e, eu vinha propor que houvesse uma coordenação na resposta do Município, neste caso, através da Proteção Civil, que tem sido rápida e eficaz nos dois casos em que intervieram, mas creio que agora o volume de casos será generalizado a todas as freguesias e era importante planificar a intervenção das Equipas da Proteção Civil,

essencialmente a utilização das máquinas que são importantes para remover as pedras que estão a impedir a circulação nos caminhos.

Também dar nota das festividades do Natal em Meruge com a realização de várias iniciativas e com a recuperação importante das Fogueiras de Natal realizadas em Meruge e em Nogueirinha e também da Missa do Galo que era uma tradição com alguns anos. Foi um ambiente extraordinário, de grande fraternidade, de grande convívio e creio que foi extremamente importante.

Relativamente aos concertos realizados nas igrejas vinha fazer mais uma vez o apelo porque a Freguesia de Meruge gostaria de entrar nesse roteiro e tem sido sucessivamente preterida em relação a esse tipo de eventos. Gostávamos de entrar nesse roteiro porque temos tradição cultural, porque temos vivência cultural, porque temos uma população que gosta de música e que gostar de ouvir musica, teatro, etc, e, por isso, gostaríamos de estar incluídos nesse roteiro.

Relativamente aos prémios PME-Excelência dizer o seguinte: Pela informação que foi dada os Queijos Lagos também foram contemplados e eu estranho muito porque os Queijos Lagos não pertencem ao Concelho de Oliveira do Hospital, pertencem ao Concelho de Seia, a fábrica e os escritórios estão localizados na povoação de Vila Chã no Concelho de Seia, mas regozijo o facto das empresas receberem esses prémios.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Desejo um excelente ano de 2023 para todos e espero que seja um ano que cumpra tudo aquilo que são os vossos objetivos.

Hoje trago duas ou três questões e a primeira delas pensei bastante se deveria trazê-la mas entendo que devo fazê-lo por uma questão muito simples: Fomos eleitos há cerca de um ano e decorreram desde a nossa eleição seis Sessões da Assembleia Municipal e curiosamente o primeiro eleito da saudosa Coligação PSD-CDS esteve em duas Sessões, na tomada de posse e na Sessão imediatamente a seguir, na qual eu tomei posse porque faltei à primeira e senti-me honrado pela presença. Estranho que depois, justificadamente, ou não, isso não está aqui em causa, mas estranho muito que alguém que durante a campanha eleitoral declarou publicamente tanto amor pelo seu Município se tenha esquecido completamente que foi eleito como Deputado Municipal para exercer funções de Deputado Municipal nesta Assembleia e que desde então jamais aqui tenha comparecido. Acho estranho! Acho que é considerar menor

esta Assembleia Municipal e, se calhar, compreendo algumas das razões, mas não me parece que esteja a ser uma postura ética e digna para quem encabeçou uma lista e foi eleito em representação de uma importante Candidatura Municipal.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, hoje, fico contente que aqui esteja e fico contente por ter trocado algumas palavras consigo porque, devo dizer-lhe, que recentemente temi pela sua saúde mas sobretudo pela sua sanidade mental. Eu posso dizer que há umas semanas atrás um ilustre Deputado que aqui está, o meu amigo António Jorge, abordou-me num estabelecimento que frequentamos e disse-me: “*Então, o Alexandrino votou contra o IC6?*”

E eu disse-lhe: “*De facto há, aqui, qualquer coisa estranha!*” E devo dizer que a minha primeira reação foi pensar que o homem ensandeceu porque alguém que durante doze anos à frente deste Município lutou da forma que lutou pelo IC6 e agora vai votar contra o IC6 no Parlamento? O homem de certeza que não anda a tomar a medicação mas tenho que perceber o que é que se passa! E, então, fui à procura da fonte. E quando fui à procura da fonte obviamente percebi. Obviamente que nós sabemos que ultimamente Oliveira do Hospital tem sido assolada por um fenómeno jornalístico. Esse fenómeno jornalístico, que tem várias componentes que vão desde as televisões à imprensa escrita, e tem algumas coisas curiosas! Fui à procura e vi a notícia e informei-me, porque felizmente também o consigo fazer, e verifiquei que afinal as coisas não são bem assim! Aparentemente o que terá acontecido foi que, numa Comissão Parlamentar, da qual o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nem sequer faz parte, foi votado contra uma proposta do PCP que falava na conclusão do IC6 e na construção do seu prolongamento imediato até à Covilhã. O que não deixa de ser extraordinário, sabendo nós, nomeadamente aqueles que estão aqui há vários anos, que esta solução da imediata construção do IC6 para a Covilhã foi abandonada! Foi preterida em relação à continuação para o nó de Folhadosa. E, depois, aí, eventualmente ou ir para a Covilhã ou ir em direção à Guarda.

Aquilo que me parece e aquilo que eu acho que é extraordinário é a tentativa, que é perfeitamente evidente, de denegrirem o Executivo Municipal, de denegrirem o anterior Presidente do Município e de o tentarem colar a algumas coisas estranhas porque, por exemplo, na reportagem televisiva que já aqui foi falada, e que sem dúvida vai ser novamente abordada, a apresentadora, e eu ia chamar-lhe jornalista, a apresentadora encerra dizendo “*a Casa da*

Cultura devia estar terminada há cinco anos e entretanto já voaram mais de um milhão de euros”.

Primeira questão: Especialista em milhões de euros a voar não é ninguém do Município de Oliveira do Hospital, nem estes, nem os anteriores. Especialistas em fazer voar milhões de euros é mais a Norte. Curiosamente parece que há coincidência inclusivamente geográfica e toponímica mas, isso, são outras questões.

Agora, devo dizer que podem atacar o que quiserem, podem ir onde quiserem mas os cidadãos Oliveirenses sabem discernir entre jornalismo e jorna-lixo, sabem discernir entre aquilo que são notícias credíveis e o que não são notícias credíveis e jamais considerarão credível, por exemplo, notícias que apareçam num jornal em que, edição sim, e edição não, entrevista o pai ou o filho, um jornal em que só lá temos publicidade do mesmo grupo económico ao qual aquele jornal pertence e eventualmente algum ou outro apaniguado que, não sendo daquele grupo económico, dele depende. Sabemos fazer o filtro, os cidadãos e os eleitores Oliveirenses são inteligentes, são criteriosos e sabem discernir e discirnam claramente entre jornalismo e jorna-lixo. Ainda, assim, não deixaremos de lhes chamar a atenção para isso.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Venho aqui em defesa da honra porque a honra é um valor sagrado. Há um princípio, que alguém escreveu, que diz que o fim principal do poder político é o serviço e, por isso, meus caros amigos, quero mostrar-vos este livro de Sá Carneiro, e não tenho problemas de dizer que sou um admirador de Sá Carneiro e destes princípios que norteiam também a minha vida. Mas, alguns, e percebendo as dificuldades e os poderes económicos ao serviço de alguns e de algumas migalhas que lhes deixam para sobreviver, subvertem as notícias, mas não vale a pena dar-lhe importância porque o Partido Socialista de Oliveira do Hospital já lhe ganhou pelo menos duas eleições. E quero deixar bem claro, porque são coisas que não me preocupam, e eu durmo absolutamente descansado, mas gostaria de dar a seguinte nota, sobre dois compromissos que tenho com o povo Oliveirense, e neste momento não falo como Presidente da Assembleia Municipal mas falo como Deputado. Os dois compromissos que eu tenho com Oliveira do Hospital, e são compromissos com o povo todo, são duas

áreas fundamentais para o nosso Concelho em termos de desenvolvimento. O primeiro é na área da Saúde e o segundo é a construção do IC6.

Meus caros amigos, não sou pessoa de fugir cobardemente, como alguns que se escondem atrás de pseudónimos para não darem a cara e para fazerem ataques sobre a honra das pessoas e, isso, é uma canalhice, é uma escumalha da pior espécie e nós conhecemos quem são os que escrevem isso.

Por isso, meus caros amigos, quero deixar aqui esta nota: O meu compromisso é com Oliveira do Hospital, o meu compromisso é com os mais humildes, o meu compromisso é o combate feroz com as desigualdades do território. A primeira batalha que ganhei foi a Carta de Perigosidade dos Incêndios Rurais e a segunda batalha que penso ganhar é a dignidade na área da saúde para os mais frágeis da nossa sociedade e, por isso, meus caros amigos, eu estarei aqui para vos prestar contas, não só como Presidente da Assembleia Municipal mas também como Deputado da assembleia da República, porque tenho essa coragem e tenho essa determinação.

Sobre o IC6 dizer o seguinte: O Deputado Rui Monteiro já disse aqui “*ou eu estaria louco*”, porque nenhum de vocês que me conhece e ninguém, e desafio-vos para que me digam se há alguém que tenha lutado mais pelo IC6 do que eu e o meu Executivo. Só um louco é que diria que eu votaria contra o IC6. Mas há alguns que já deram a resposta nos jornais mas nós sabemos quem eles são, sabemos quem são os cobardes que não têm a coragem de se assumirem.

Dizer-vos o seguinte: Eu não faço parte da Comissão de Orçamento e Finanças onde a proposta do IC6 foi chumbada.

Meus caros amigos, vamos ser sérios: Eu tenho uma grande admiração pelo Partido Comunista, e digo isto com convicção. Tenho uma grande admiração pelo Partido Comunista por aquilo que fez na construção da democracia Portuguesa. É um partido nuclear como é o CDS, e não pensem que eu, como Deputado, ache que o CDS por não existir, hoje, em termos de representação parlamentar que é bom para o País, porque não é. É bom termos ideias diferentes. O que é mau é termos extremistas de direita e fascistas terem representação na Assembleia da República. Eu defendo que o CDS devia ter uma representação na nossa Assembleia da República.

Deixem dizer-vos o seguinte: O que dizem sobre mim é porque me dão importância. Faço parte de três Comissões Parlamentares e o meu azar é não estar na Comissão de Orçamento e Finanças.

Hoje estou muito triste com a saída do Ministro Pedro Nuno a quem quero prestar uma homenagem, uma homenagem a um homem diferente, a um

Ministro que faz avançar o País e que estava a fazer uma grande revolução em três áreas fundamentais como, por exemplo, nos Caminhos-de-ferro. Os diferentes Governos do PS e do PSD abandonaram a ferrovia e percebemos hoje a sua importância para o futuro da mobilidade. Este Ministro mexeu também com um direito que está consignado na Constituição e que é o direito à habitação, saúde e educação. Todos os outros Ministro se esqueceram da habitação e ele é o Primeiro-Ministro que põe o direito à habitação para todas as pessoas e para que todos tenham uma habitação condigna. Ele é o primeiro ministro que tem uma Secretaria de Estado para a Habitação e que está a fazer um trabalho fantástico. Mas também foi o Ministro com quem eu lidei com alguns processos do Porto da Figueira da Foz e do Metro Mondego de Coimbra e o único que fez avançar as coisas. Também foi com ele que o IC6 dá os primeiros passos na concretização porque ele é um homem de reformas e o País, às vezes, tem medo destes Ministros. Para mim, ele é um Ministro altamente competente e vejo com grande mágoa a sua partida.

Na próxima semana vou pedir uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro para discutir o IC6 já que agora perdi o homem que estava ao meu lado na luta pelo IC6.

Meus caros amigos, digo-vos, aqui, com coragem que o Ministro Pedro Nuno era um Ministro que eu admirava e com quem tive muitas conversas, construímos uma relação de amizade, e percebi que fazia avançar o País e não fazia um discurso centralizador em Lisboa e no Porto porque era um Ministro que percebia que havia outro território e foi aí que ele ganhou a minha admiração.

Como já disse, pedirei uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro para avançarmos com o IC6 porque tinha a certeza que com o Ministro Pedro Nuno o IC6 iria ser uma realidade e acredito que o IC6 vai ser uma realidade porque tomarei uma posição clara em relação àquilo que está a ser o IC6 por causa da adjudicação do próprio projeto.

Vou ler-vos a proposta que o Partido Comunista apresentou na Comissão de Orçamento e Finanças A proposta do PCP era esta: *“O Governo desenvolve as medidas necessárias para iniciar a obra de prolongamento do IC6 ligando Tábua e Covilhã assegurando que o túnel de Alvoeira seja livre de portagens.”* Esta era a proposta do Partido Comunista na Comissão de Orçamento e Finanças.

Dizer ainda o seguinte: Aquilo que estava plasmado com os Deputados da Guarda e Coimbra e com os Presidentes de Câmara era que, em termos de

prioridade, o IC6 não era a primeira prioridade para os nossos territórios, e não era só para Oliveira do Hospital, era para Seia e para Gouveia. O que é que nós achámos, negociámos o IC6, em termos de faseamento. O IC6 de Folhadosa até à Covilhã era a última proposta que nós tínhamos. Propúnhamos que o IC6 fosse até Folhadosa e depois se construísse o IC7, até contra o Governo, o IC7 começa no nó de Folhadosa e vai até Fornos, nós não defendemos Fornos, os Deputados de Guarda e Coimbra defendem que o IC7 seja feito entre o nó de Folhadosa e entrar em Celorico na A25 e para quê? Por uma razão extremamente simples: Aquela é uma estrada de montanha, com custos bastante acentuados, e esta é uma estrada mais barata e que tem custos mas o que é que ele nos leva? Leva-nos a duas ou três coisas em termos de solidariedade do território e fazemos o IC6 para a Covilhã. O IC7 vai desalavancar também um Concelho chamado Gouveia. A nossa prioridade, a prioridade dos autarcas, era desenvolver estes territórios para chegarmos ao Mercado Ibérico e para chegarmos ao Mercado Europeu com os nossos produtos tornando muito mais barato a deslocação e tornando as nossas empresas tão competitivas como aqueles que têm autoestradas ao seu lado e é isso que nós defendemos e são essas posições que são claras e que nós queremos.

Depois também havia um compromisso com os Deputados de Viseu e com a Câmara de Viseu que deveria haver o IC37 que nos deslocaria daqui, do nó de Seia, até Viseu. Temos que ter prioridades e dizer ao poder político, e não podemos dizer que nos façam tudo, mas temos que ter opções.

Quero-vos dizer também que falei com os Deputados, e não foram só os do Partido Socialista, falei com os Deputados eleitos pelos outros partidos porque também têm voz, porque também têm o direito e porque têm a sua representação. Por isso, meus caros amigos, estou tranquilo em relação ao IC6 porque acredito e quero que fique esclarecido que só uma pessoa louca é que votava contra o IC6 até porque eu fui a pessoa que mais vezes afrontou o poder político do seu Governo, pelo partido que fui eleito, e como é que podem dizer que eu votei contra o IC6? Isto percebe-se perfeitamente! Vocês reparem o que é o jornalismo do lixo porque nunca ninguém tem o meu número de telefone para me perguntarem se eu votei contra, porque bastaria ouvirem-me para perceberem que eu não fazia parte da Comissão de Orçamento e Finanças e por isso não poderia ter votado.

Outro assunto que gostaria de abordar era sobre o problema do Açude da Ribeira, e não vale a pena estarmos com discursos, e vou dizer apenas o seguinte: As pessoas não são obrigadas a gostar da obra em termos estéticos

porque cada um tem a sua opinião e, isso, nós temos que respeitar, mas há coisas que ultrapassam os gostos pessoais quando nos visam na nossa honra. Bastava irmos a Alvares, no Concelho de Góis, onde eu, como Presidente da CIM inaugurei uma obra, para percebermos que há lá um projeto muito interessante e elogiado por toda a gente. E aquilo que o Zé Carlos Alexandrino fez foi pedir o telefone da Arquiteta que tinha feito aquele projeto. Depois a Arquiteta veio cá fazer o estudo, e fez o projeto, e o projeto foi discutido, e o projeto foi aprovado. E, como eu já disse, os gostos não se discutem.

Agora dizerem que era uma empresa que pertence ao Carlos Santos Silva mas gostava de vos dizer que a Proengel fez trabalhos para vários Municípios e isto são dados públicos: Município de Oeiras com o valor de 24.000,00€. Certã, Concelho do PSD, 73.000,00€. Município de Grândola, sabem de quem é? O João Abreu sabe. É da CDU, e também fez uma adjudicação à Proengel de 74.000,00€. Município da Póvoa de Varzim, sabem de quem é? É do PSD. 42.000,00€, e tem outro de 19.000,00€. Município de Almeida, PSD, 42.000,00€. Município de Setúbal, Partido Comunista Português, 12.000,00€. Município de Braga, PSD, 44.000,00€. Município de Vila Verde, PSD, 8.800,00€. Isto são dados públicos e, por isso, meus caros amigos, não foram os Presidentes de Câmara que adjudicaram as obras a esta empresa que fizeram mal, não é isso que eu estou a dizer! As empresas ou têm condições ou não têm condições. Vou dizer-vos quais são as duas condições: A empresa chama-se Proengel, eu nunca tinha ouvido falar do Carlos Santos Silva, e, como eu disse, estive cá uma arquiteta com quem eu contactei e se fizeram os procedimentos.

Mas deixem-me dizer-vos o seguinte: Eu não estou a criticar nem o PSD nem o Partido Comunista, por uma razão simples, porque há duas coisas que nós podemos anular as empresas. Quais são as duas coisas? Têm que apresentar uma Certidão de não-dívida à Autoridade Tributária e uma Certidão de não-dívida à Segurança Social. Por isso, meus caros amigos, eu não tinha conhecimento que a Proengel era do Carlos Santos Silva e desafio-vos a irem a Alvares, no Concelho de Góis, para verem a obra que lá está e perceberão muito bem porque é que convidámos aquela empresa para nos fazer a obra do Açude da Ribeira.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Saúdo-vos a todos com votos de que tenham passado um Bom Natal na companhia das vossas famílias. Quero também desejar-vos Boas Festas e que tenham um ano de 2023 com saúde, com esperança e com confiança.

Foram colocadas várias questões, tentarei seguir a ordem das questões colocadas, e começava por dizer o seguinte: Porque vivemos um momento que tem sido bastante exigente e desafiante, quero aqui homenagear o Serviço Municipal de Proteção Civil pelo trabalho fantástico que tem feito ao longo destes meses e, particularmente neste período de intempérie, ao longo do mês de dezembro. Os desafios têm sido constantes, o trabalho de coordenação tem sido excelente e quero agradecer publicamente a todos os funcionários do Município de Oliveira do Hospital, em particular à equipa que está afeta à Proteção Civil e ao seu Coordenador, pelo trabalho de pré-sinalização de todos os locais de risco, um trabalho fantástico de mapeamento de todo o território, o envolvimento de toda a equipa autárquica para minimizar os impactos da intempérie no território do Concelho de Oliveira do Hospital. É justo este reconhecimento público, é justo este reconhecimento, aqui, na Assembleia Municipal, e é justo que ele também seja extensível a um dos braços importantes da Proteção Civil, nomeadamente aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, aos Bombeiros, ao Centro de Saúde, e naturalmente ao Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis, à GNR, pilares fundamentais.

Na pessoa do Coordenador da Proteção Civil quero fazer este reconhecimento pelo trabalho excelente de identificação prévia dos locais de risco e do trabalho atempado para evitar que haja danos maiores em pessoas e bens.

Depois dar também uma segunda nota: Dizia há pouco o Dr. João Ramalhete, num tom desnecessariamente excessivo, e agradeço-lhe as palavras, mas quero dizer que não tem sido fácil, mas também nunca tive nada fácil na vida autárquica e estou aqui e estamos aqui todos para dar o nosso melhor e para resolver problemas em tempos de desafios. Esse é o nosso compromisso com os eleitores e estamos aqui com determinação. Sabemos que só não erra quem não faz e nós temos de fazer e temos de fazer bem. Temos de fazer bem de porta aberta, temos de fazer bem em diálogo com os Srs. Presidentes de Junta e queremos fazer democraticamente. Não temos medo do diálogo porque o diálogo é profícuo, o diálogo é produtivo, e sempre que dialogamos somamos e resolvemos melhor os problemas.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Maia, dizer o

seguinte: De facto o Município está de parabéns, a Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Sustentabilidade está de parabéns pelo trabalho fantástico que foi feito com a aprovação de oitocentos e sessenta mil euros, no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. São oitocentos e sessenta mil euros que aquela equipa, que é 100 % feminina e que fez um trabalho fantástico, conseguiu aprovar, fruto de um bom diagnóstico, de uma boa fundamentação da candidatura, conseguiu arrecadar oitocentos e sessenta mil euros de financiamento para o Município de Oliveira do Hospital. É investimento para fazer no Ervedal mas também em Travanca de Lagos e na Freguesia do Seixo da Beira, porque estão as três candidaturas aprovadas, mas outras candidaturas foram também aprovadas para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Depois, quanto à questão colocada sobre a estrutura de visitação, a ponte ou o designado passadiço do Açude da Ribeira, quero-vos dizer isto com toda a sinceridade: O meu antecessor, o Prof. José Carlos Alexandrino, e que é hoje Presidente da Assembleia Municipal, já, aqui, explicou e justificou todos os passos e fê-lo com frontalidade. Posso dizer, ainda, que a Câmara Municipal sempre tratou este processo com seriedade, com objetividade, com rigor e com transparência. Este projeto, que foi feito e encomendado à Arquiteta Marta Falcão, foi um projeto verificado e fiscalizado na Câmara Municipal, e não foi feito pelos Técnicos da Câmara Municipal, não foi feito pelo Ex-Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, ou pelo atual Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Rolo, ou por qualquer Vereador, o projeto foi feito pela Arquiteta Marta Falcão. O projeto foi verificado e fiscalizado, e foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, e o projeto foi até objeto de apreciações positivas porque era um espaço de elevada aptidão turística, um espaço de elevado interesse em visitar e em fruir, e aquele espaço estava de alguma forma a precisar de uma intervenção que o qualificasse do ponto de vista do destino turístico e fez-se um projeto de arquitetura, feito por uma arquiteta, e esse projeto foi verificado na Câmara Municipal onde se fez a aprovação por unanimidade, e foi aqui também na Assembleia Municipal apreciado e foi elogiado.

Em fase de candidatura o projeto foi remetido para a CCDR, foram pedidos os respetivos pareceres, e o projeto foi verificado e fiscalizado pela Agência Portuguesa do Ambiente que o aprovou atribuindo-lhe a licença de utilização e depois o projeto foi fiscalizado e verificado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas que lhe deu parecer favorável e depois

o projeto ainda foi verificado e fiscalizado pela Comissão da Reserva Agrícola Nacional que lhe deu a sua aprovação, findo, isto, a CCDR ainda nos solicita um Estudo de Incidências Ambientais, para o impacto do projeto na paisagem, que depois é apensado à candidatura apreciada pela CCDR que mais uma vez verifica e fiscaliza o projeto e aprova o projeto e atribui um financiamento de 85 %.

Portanto, podemos até desconfiar uns dos outros mas sucessivamente este projeto foi verificado e fiscalizado e mereceu a aprovação de todas as entidades e o projeto está em execução.

Eu não vou tecer considerações, nesta fase, sobre questões de ordem estética. O projeto foi feito por uma arquiteta que tem vários projetos realizados no País, numa empresa que faz vários projetos de norte a sul do País, o projeto foi sucessivamente verificado e fiscalizado, foi sucessivamente escrutinado, foi sucessivamente aprovado e, hoje, está em execução, e a intervenção está praticamente concluída, e esta vai ser a primeira fase porque a partir dali vai irradiar um outro projeto com percursos pedestres e com caráter interpretativo para fazer dali irradiar oferta de Turismo de Natureza e isso é que importa.

O que se quis criar foi uma estrutura de visitação para se desfrutar daquele espaço, para valorizar aquele espaço do ponto de vista turístico, e, naturalmente, por outras circunstâncias, que não fui eu que as criei, aquele espaço ganhou uma visibilidade mediática, ganhou uma notoriedade e publicidade que tem levado várias pessoas até a acompanhar a obra. Aquele espaço ganhou publicidade grátis.

Também quero dizer com toda a franqueza o seguinte: Até parece que em Oliveira do Hospital inventámos criar estruturas daquela natureza para desfrutar as paisagens belíssimas. Eu não vos quero maçar, mas estas imagens, e usando os mesmos materiais e as mesmas estruturas, são da Foz do Rio Mira, em Vila Nova de Mil Fontes, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano, encosta vicentina, área de paisagem protegida. As estruturas usadas são semelhantes àquelas que são desenvolvidas no Açude da Ribeira. Não admito que aqui seja pecado e que sejam elogiadas na área de paisagem protegida na costa vicentina e com certeza que este projeto também foi verificado, fiscalizado e executado de acordo com a lei. Mas, aqui bem perto, e todos nós passamos por lá, temos o novo Miradouro de Piornos no Parque Natural da Serra da Estrela, área de paisagem protegida, que tem uma estrutura que é feita de betão e metal. Admito que aquilo que seja meritório, bonito e um espaço de fruição natural de excelência que é a Cova da Beira seja válido naquela área geográfica e não

acredito que acham que o nosso Vale do Seia não possa receber uma estrutura deste tipo! Estas estruturas são soluções que são implementadas, são executadas, e que foram objeto de parecer, e neste momento são desfrutadas por vários turistas e visitantes.

Quero dizer com toda a clareza: Este processo foi feito de forma séria, objetiva, rigorosa e transparente. E foi muito transparente porque este processo passou pela Câmara Municipal, passou pela CCDR, passou pelo ICNF, passou pela APA, passou pela Comissão da Reserva Agrícola Nacional e o auto de consignação foi feito como ato público no Açude da Ribeira e com a presença da Comunicação Social e da comunidade e onde foi apresentado o projeto e onde esteve o atual Presidente da Câmara Municipal e o anterior Presidente da Câmara Municipal, que lançou o processo, e explicámos a toda a Comunicação Social, e há registos de imprensa, a intervenção que ia ser feita e com as características com que ia ser feita. Portanto, não fizemos nada às escondidas, fomos claros. Também durante o ato público de consignação do Açude da Ribeira homenageámos o Sr. Visconde do Ervedal pela sua colaboração na execução do projeto. São estes os esclarecimentos que acho que são convenientes e ajustados à questão que foi levantada.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado José Ferreira dizer o seguinte: Alvôco das Várzeas tem fibra ótica e tem um projeto-piloto no âmbito da Rede das Aldeias de Montanha, o Espaço Cowork. Obviamente que o anseio do Sr. Deputado é estender a rede de fibra ótica. Aquilo que em reunião com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia lhe prometi, e agora fica aqui assumido perante todos é que eu farei o meu trabalho. A Sra. Presidente de Junta de Freguesia disse que fez um abaixo-assinado para mostrar a força de Alvôco e eu, na altura, sugeri-lhe o seguinte: Envie uma lista com as localizações das ruas e dos signatários e com número de polícia para remeter à Altice para verificar quais são os potenciais interessados e para que a Altice possa fazer irradiar a rede de fibra ótica pela Freguesia de Alvôco das Várzeas. Foi esse o meu compromisso com a Sra. Presidente de Junta e continuo aqui disponível. Melhor do que o abaixo-assinado é uma listagem com todas as ruas e moradores interessados na fibra ótica para que a Altice, que é uma operadora privada, possa estender a rede de fibra ótica e contem comigo, Sr. Deputado Municipal, José Ferreira, e Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Cátia Alves, para fazer este trabalho e faço-o com muito gosto com empenho e determinação para resolver o problema, esforçar-me-ei para isso, mas preciso de informação.

Diria o mesmo ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Lourosa: Com dados, com informação, se a perspectiva for estender a rede de fibra ótica, teremos que recolher os dados e informação qualificada para negociar e irmos bater à porta certa e tentar resolver o problema. É assim que trabalhamos!

Relativamente à questão levantada sobre as Extensões de Saúde de Alvô, Alvôco e Aldeia das Dez, questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Ferreira e posteriormente pela Sra. Presidente de Junta de Freguesia, Cátia Alves, dizer o seguinte: Tínhamos uma solução pronta, dialogada com o Sr. Coordenador do Centro de Saúde e neste momento está salvaguardada grande parte da solução. Falta fechar o processo de Alvôco, o balcão SNS fica lá muito bem, na minha ótica. Naturalmente que o nosso objetivo é colocar como SAP, e estivemos em diálogo com o Centro de Saúde, aliás tínhamos a expectativa que no dia três estivesse médico atribuído a Alvôco das Várzeas, era essa a nossa expectativa, e até tivemos a solução em mãos. Obviamente que iremos continuar a fazer este trabalho com o Sr. Coordenador do Centro de Saúde, que dialoga sistematicamente com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia e dialoga com o Presidente da Câmara Municipal, no sentido de o mais rapidamente, e havendo um profissional com horas disponíveis, acautelar a reabertura da Extensão de Saúde de Alvôco, e vai também ser um dia em que me vou sentir bem como autarca no dia em que aquela porta abrir para receber o primeiro utente da Extensão de Saúde de Alvôco das Várzeas. Esse é um trabalho que também farei de mãos dadas com o Centro de Saúde e sempre que a Junta de Freguesia desejar intervenção da Câmara Municipal. Na Câmara Municipal saberemos fazer o nosso trabalho para tratarmos as questões da área da saúde para garantirmos mais e melhores cuidados para a população e quando tivermos a solução afinada com certeza que a traremos ao conhecimento público.

Sou uma pessoa grata, e sou uma pessoa de reconhecimento. O mês de dezembro, e no que diz respeito à área da saúde, foi um mês de muita pressão e quero expressar publicamente uma palavra de reconhecimento, até porque está em Lisboa na Assembleia da República a trabalhar pelo Distrito, a trabalhar pela Região, mas também sem esquecer a sua terra o seu Concelho de Oliveira do Hospital. Quero publicamente agradecer o empenho e persistência com que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal junto do Sr. Ministro da Saúde acautelou a realização de uma reunião de trabalho que foi feita às oito e meia da noite.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Eng.º Carlos Inácio dizer o seguinte: Temos várias obras em andamento temos outras que já estão

quase terminadas e, Sr. Eng.º Carlos Inácio, não vamos parar, vamos continuar a realizar obras nas Freguesias e a realizar obras na cidade e, mais uma vez, com vontade democrática, com sentido de responsabilidade pedimos desculpa pelos constrangimentos que as obras causam aos cidadãos, pedir desculpas pelos constrangimentos que as obras causam aos comerciantes, pedir desculpas pelos constrangimentos que as obras causam aos empresários, mas para se realizarem obras no verão há problemas com a poeira, há riscos de corte de água, e no inverno há riscos com a lama e há uma coisa que temos a certeza, há empenho dos Serviços Técnicos e de todo o Executivo para que junto dos empresários e junto dos empreiteiros, haver todas as condições de segurança para que as obras andem rápido e andem em condições para causarem o mínimo de constrangimentos aos cidadãos.

Relativamente à obra física, excluindo projetos de carácter imaterial, nomeadamente os projetos de animação, e também excluindo projetos sem financiamento comunitário, dizer o seguinte: Na Requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, só falta iniciar o Lote A, e temos a expectativa de concluir no período de vigência do atual Quadro Comunitário de Apoio; Relativamente ao Campus Educativo a obra está a andar a bom ritmo e quinzenalmente são feitas reuniões de acompanhamento de execução desta obra; Relativamente ao Açude da Ribeira a obra está concluída; Relativamente ao Centro Municipal de Proteção Civil a obra está a andar a bom ritmo; Relativamente à Estação Sul da Zona Industrial a obra não está a andar com a velocidade que queríamos mas não é por falta de empenho da parte do Executivo e da pressão que exercemos sobre o empreiteiro e envolve outras entidades, nomeadamente a E-Redes, no que diz respeito às questões elétricas, e uma coisa é fazer uma obra num lugar completamente amplo e outra coisa é ampliar uma obra num local onde já existiam outras empresas e onde existe uma via que tem de ser intervencionada, ou seja, realizar uma obra num espaço que é um parque com empresas e onde circulam pessoas. Naturalmente que a obra tem criado constrangimentos e naturalmente que a obra vai ser executada dentro do prazo de vigência do atual Quadro Comunitário de Apoio; A reabilitação do edificado do Bairro João Rodrigues Lagos está concluída; A requalificação da Casa Amarela, na Bobadela, está concluída; Na Escola Secundária de Oliveira do Hospital a obra está concluída e até já houve a revisão final de preços; A construção do Centro de Recolha Animal está praticamente concluído, está na fase de acabamentos; A Casa da Memória, que é um projeto no âmbito das Aldeias do Xisto, também está concluída;

Dar-vos a seguinte informação: Estes projetos todos implicaram investimento da Câmara Municipal de quatro milhões de euros e já captaram de reembolsos dois milhões duzentos e noventa e cinco mil setecentos e noventa e quatro euros e quarenta e seis centimos. Há aqui muito trabalho dos Serviços Técnicos, há aqui muito trabalho da Equipa Multidisciplinar, e deixava aqui também uma palavra para todos os Serviços, porque o objetivo é concluir todas as obras do atual Quadro Comunitário de Apoio dentro dos prazos do Programa Operacional para a Região Centro. É esse o nosso esforço conjunto de trabalho permanente e pressão sobre os empreiteiros para que as obras sejam executadas.

Relativamente à obra da Casa da Cultura dizer o seguinte: A obra já recomeçou, houve um processo de diálogo com os empreiteiros, e temos a expectativa que a obra a breve trecho fique concluída.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Raul Costa, sobre as iniciativas de Natal, dizer o seguinte: É importante dar vida ao Concelho, é importante dinamizar o Concelho, é importante recuperar tradições e dar vida às nossas aldeias, e dar vida às nossas vilas e dinamizar o Natal na cidade. Foi um Natal mais sustentável e com mais eficiência energética e foi um trabalho de equipa e foi um trabalho de todos.

Quero agradecer o trabalho de Sr. Vice-Presidente, da Sra. Vereadora da Cultura e da Educação, do Sr. Vereador do Desporto, de toda a equipa autárquica. Agradecer também o trabalho fantástico dos funcionários do Município de Oliveira do Hospital para pôr de pé a operação de Natal em termos de dinamização da cidade. Mas também quero agradecer às Juntas de Freguesia por terem dinamizado o Natal e quero agradecer às coletividades e associações por terem revitalizado as tradições de Natal, como o Presidente da junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, referiu, nomeadamente em recuperar a Missa do Galo, a Queima do Madeiro como se faz em Meruge, como se faz em Penalva de Alva, como se faz em Avô, etc, etc.... Publicamente quero reconhecer o trabalho fantástico do Associativismo, do Associativismo que é feito de pessoas, e reconhecer esta dinamização do espírito de Natal e das atividades de Natal.

Relativamente à questão colocada pela Sra. Deputada Cristina Carvalho, dizer que o Município de Oliveira do Hospital reconheceu publicamente as empresas PME-Líder e as empresas PME-Excelência mas também todas as empresas que contribuem para o desenvolvimento do Concelho e para a criação de postos de trabalho e quando homenageamos estas empresas estamos a homenagear os empresários, os empreendedores, os investidores, estamos a

homenagear e a reconhecer o trabalho dos trabalhadores para a afirmação de Oliveira do Hospital com empresas competitivas e de implantação nacional e internacional, e, por isso, este reconhecimento e esta pública homenagem é a todos os empreendedores, a todos os empresários, a todos os investidores, e, por isso, é que estamos a ampliar a Zona Industrial de Oliveira do Hospital com vinte e sete novos lotes e vamos fazer a fase seguinte com a criação da área de acolhimento empresarial, e, por isso, no âmbito da revisão do PDM, estamos a ampliar o Polo Industrial da Cordinha e, por isso, é que estamos a lançar a área de acolhimento empresarial da Freguesia de Nogueira do Cravo.

E, também dizer, sobre o Polo Industrial da Cordinha, o seguinte: Não foi nos Executivos Presididos pelo Prof. José Carlos Alexandrino, nem no Executivo Presidido pelo José Francisco Rolo, que atribuíram lotes no Polo Industrial da Cordinha e que, depois, não foram desenvolvidos qualquer tipo de investimentos e, hoje, temos que lidar com essa realidade no contexto legal mas também no contexto de diálogo e, relativamente aos três projetos, dizer que há um projeto que está em concretização, e já aqui entrou o processo de licenciamento e, relativamente aos outros dois processos, um está integrado numa agenda mobilizadora, com financiamento no âmbito do PRR, e outro processo está a dirimir questões no âmbito do programa COMPETE 2020.

Dizer também, relativamente ao tema colocado pelo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, o seguinte: O Alva Skate Fest foi uma grande iniciativa pioneira e com uma grande margem de crescimento. O Alva Skate Fest, na primeira edição, teve a participação de atletas de sete países e teve a participação de noventa atletas. Esta iniciativa é o resultado do trabalho fantástico, que deve ser assinalado, mais uma vez, dos funcionários da Câmara Municipal que montaram toda a operação e que foi Coordenada pelo Sr. Vereador do Desporto, Nuno Ribeiro, e pelo Sr. Presidente de Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira. E deixar esta nota porque temos gente que faz e sabe fazer e montaram um evento que deu visibilidade internacional ao Vale do Alva, deu visibilidade internacional a São Sebastião da Feira, deu visibilidade internacional ao Concelho de Oliveira do Hospital: Iniciativas de baixo custo e de elevado impacto em termos de notoriedade e de visibilidade e ganhamos todos com esta visibilidade, com esta notoriedade. Este trabalho consegue-se sendo feito em parceria. Foi uma parceria da Câmara Municipal, da Proteção Civil e Bombeiros, que garantiram a segurança e também com o trabalho das

Juntas de Freguesia e dos colaboradores da Câmara Municipal. Eu diria que foi um trabalho que podemos apelidar de Excelente.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira sobre as obras de requalificação da Ponte das Três Entradas, dizer o seguinte: A IP-Infraestruturas de Portugal, através do Diretor de Estradas da Zona Centro, Nuno Gama, já estive em Oliveira do Hospital a preparar a operação para a intervenção na Ponte das Três Entradas, e espera-se que seja a partir do mês de abril ou maio que seja lançado o concurso, e tudo está a ser preparado atempadamente, do ponto de vista do que vai ser a obra e os cuidados a ter. É uma obra de conservação e também tenho a expectativa que seja feita a classificação da ponte, valorização patrimonial da ponte, e isto é importante.

Já foi também assinado o auto de consignação da estrada Chão Sobral à Quinta da Tapada em Alvôco; Já houve uma reunião de trabalho, entre a empresa e o Eng.º Fernando Vicente, no local, e temos que reconhecer que, devido às chuvas, esta não é a melhor altura para iniciar as obras, mas o trabalho faz-se e este trabalho é pensado e planeado.

Relativamente às questões colocadas pela Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, dizer o seguinte: Naturalmente que estamos atentos à situação do Caminho das Eiras, vou esta semana entregar o processo a alguém que vai dialogar o tema consigo, e dentro das condições, para o arranque da intervenção.

Sobre o Açude da Moenda dizer que teremos que ir à APA-Agência Portuguesa do Ambiente. A obra no Açude não é simples, tem implicações com a Agência Portuguesa do Ambiente e convidei a Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Cátia Alves, para me acompanhar numa reunião na Agência Portuguesa do Ambiente com o Sr. Diretor Regional, Eng.º Nuno Bravo, um grande amigo desta Região, e eu até fazia questão que me acompanhasse porque é importante para perceber a diferença entre a perceção que temos para a solução e como é a articulação com os serviços e a luta que fazemos juntos dá mais gozo e também naturalmente terá melhores consequências.

O alerta que fez relativamente à ETAR de Alvôco das Várzeas naturalmente que será feito chegar à entidade proprietária da ETAR, que é a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que tem a obrigação de fazer a manutenção daquela ETAR. Portanto se há problemas temos que os reportar e naturalmente

que em conjunto com o Sr. Vereador do ambiente e Sr. Vice-Presidente, Nuno Filipe Oliveira, iremos tratar desta questão.

As questões colocadas pela Tesoureira da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes, sobre a recuperação do património, dizer que é um caminho que queremos continuar. Queremos continuar a recuperar património no Concelho. As intervenções no Soitinho e na Malhadoura estão concluídas.

Dizer que relativamente ao saneamento na Rua D. Manuel I ele está integrado no Plano de Atividades e Orçamento das Águas Públicas da Serra da Estrela e estamos à espera que abra o novo programa que vai substituir o POSEUR para que seja objeto de candidatura.

Relativamente à obra do Cemitério, esta questão já foi dialogada com o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa e eu já liguei ao Sr. Vice-Presidente da CCDR, que é responsável desta área. A Junta de Freguesia já tem conhecimento do parecer favorável da Câmara Municipal. Foi pedido parecer à CCDR relativamente às características do solo e creio que ainda não chegou o parecer à Junta de Freguesia. Dada a natureza do projeto e a questão em causa, este projeto é prioritário.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, dizer o seguinte: De facto a Feira do Porco e do Enchido foi um sucesso, tal como a Festa da Castanha também foi um sucesso, apesar da chuva. Felizmente os vários eventos marca de Oliveira do Hospital têm sido um sucesso: A Festa do Queijo, Há Festa na Zona Histórica, a Festa do Pão e das Bolas, a Festa da Castanha, a Feira do Porco e do Enchido, a Festa das Vindimas. Um conjunto de eventos marca, fortes, que nos dão calendário de eventos.

De facto quero aqui realçar a qualidade e o sucesso da Feira do Porco e do Enchido. Está de parabéns a comunidade de Meruge e a parceria que se constituiu. Foi um belíssimo regresso com pessoas, com clientes, com expositores, com um belíssimo programa.

É importante colocar os nossos eventos marca na Comunicação Social e em determinados espaços mais mediáticos para atrairmos mais visitantes para os nossos eventos. Este investimento é importante para o reconhecimento e valorização do Concelho de Oliveira do Hospital.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Eng.º João Brito, sobre a drenagem de águas pluviais na rotunda junto do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, dizer o seguinte: É uma das zonas que está pré-sinalizada pelo

Serviço Municipal de Proteção Civil e, quando temos os alertas da Proteção Civil, é daquelas zonas onde previamente “atacamos” para aumentar a capacidade de escoamento de águas. É uma zona sensível e, recentemente com a construção de uma nova superfície comercial, foram melhoradas as condições de drenagem de águas pluviais. Posso dizer que a partir de setembro começamos a fazer um trabalho de controlo e limpeza dos sumidouros porque sabemos que é uma zona sensível. Esperamos que na próxima fase do PEDUR possamos intervir naquela zona e criar ali condições de melhor drenagem das águas pluviais.

Por último, e relativamente ao IC6, dizer que acompanho a energia e a vontade de fazer acontecer. Aquilo que posso dizer, como Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, é o seguinte: O meu empenho é que o projeto de execução seja concluído e que seja lançado o concurso público internacional para o arranque da obra. Essa é a luta e esse é o nosso empenho permanente. O Sr. Ministro, Pedro Nuno Santos, é um importante aliado e é uma importante alavanca para que esta obra seja uma realidade.

Podem ter a certeza, e perante todos vós deixo o testemunho e deixo o compromisso de que nunca me calarei nem ficarei quieto no Gabinete e lutarei, dialogarei, saberei fazer o percurso para que esta obra se concretize e sirva a região. E, digo, aqui, aquilo que já disse várias vezes: Esta obra deveria ter sido feita nos anos noventa e esta obra já vem com trinta anos de atraso. E quero dizer mais: A solução que está consensualizada, e que é para implementar, é a ligação do IC6 ao nó de Folhadosa e do nó de Folhadosa à A25 para nos ligar à fronteira e para nos ligar ao mercado ibérico. Esse é o compromisso dialogado e consensualizado com o Governo. Não tenho dúvidas que contaremos com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Deputado da Assembleia da República e saberão que o vosso Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Francisco Rolo, e o seu Executivo, farão o seu trabalho de influência e o seu trabalho de pressão para que esta obra seja uma realidade.

Por último, porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa falou na Igreja Moçárabe de Lourosa, regressar a esse tema: De facto em 2023 a Igreja Moçárabe de Lourosa faz 1111 anos. Também dizer que este é um monumento especial, é monumento nacional mas é muito mais do que isso. É um monumento emblemático, é um monumento simbólico, é um monumento que ensina. É um monumento ao diálogo de civilizações e é um monumento ao encontro de culturas.

Portanto, para o próximo ano, em 2023, celebramos 1111 que, mais uma vez, Junta de Freguesia de Lourosa e Município de Oliveira do Hospital, em ampla parceria, e queremos também envolver o Ministério da Cultura e a Direção Regional da Cultura pela altura da celebração de uma data emblemática que são 1111 anos.

E para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela não ficar chateado quero dizer que, esta semana, as Ruínas Romanas da Bobadela, o seu Centro Interpretativo e a Casa Amarela foram objeto de uma reportagem sobre boa aplicação de fundos comunitários para mostrar em Bruxelas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Damos por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos ao Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto I quero dar-vos conta da situação financeira do Município. Como habitualmente e nos termos da Lei é apresentada, para conhecimento dos Srs. Membros da Assembleia Municipal, uma síntese da situação financeira do Município. À data de 30 de novembro de 2022, o saldo de operações orçamentais é de 4.310.773,43 €, sendo que o saldo de gerência a 31 de dezembro de 2021 foi de 3.873.451,42 €. De referir que o saldo de operações orçamentais incorpora 984.808,00 € relativos a verbas adiantadas ao Município a título de contratos programa (401.806,00 € para Requalificação Estádio e 266.552,00 € para Requalificação Piscinas) e da verba do empréstimo relativa à empreitada do Centro Municipal de Proteção Civil ainda não utilizada de 316.450,00 €. É espelhada a execução orçamental com expressão nos primeiros dez meses de cumprimento do Orçamento para 2022.

A dívida a curto prazo, cerca de 112.000,00€, decorre da dinâmica de pagamento a fornecedores e entidades beneficiárias de subsídios, 44.272,27 € e fundamentalmente da aquisição de prédios que aguarda a marcação das respetivas escrituras no valor de 67.524,00 €.

Nos passivos financeiros, 3.891.330,14 €, estão expressos os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, 1.436.057,55 € e do BPI, 2.455.272,59 €, sendo que, do último empréstimo contraído neste Banco, falta ainda utilizar o montante de 1.500.000,00 €.

Procurámos continuar a fazer uma gestão prudente dos recursos financeiros que continue a permitir a manutenção de um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores.

Fruto da sua boa situação financeira o Município de Oliveira do Hospital encontra-se excluído, desde 2018, do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Fundos Disponíveis e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Há sinais de alarme que condicionam a gestão financeira:

A curto prazo: O contexto de crise económica global com fortes probabilidades do surgimento de um cenário de recessão europeia e consequentemente do país.

No imediato: Corte nas Transferências do Estado no valor de 724.439,00 €, verifica-se nos meses de julho a dezembro a um ritmo de 120.739,83 € mês; O aumento exponencial do preço dos combustíveis estimando-se uma variação em 2022 de mais de 97,8 % face a 2021; O aumento exponencial do preço da eletricidade na ordem dos 123 % importando um acréscimo do custo do contrato anual de 1.100.000,00 €; Pedidos de revisão excepcional de preços ao abrigo do novo regime legal e de reposição de equilíbrio financeiro de empreitadas na ordem dos 1.100.000,00 €, note-se que cresce desde a última informação; Revisões de preços normais já aprovadas no corrente ano no valor de 406.617,69 €, ou seja quase meio milhão de euros; A transferência de novas competências particularmente nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social em que o valor da receita transferida para o Município é insuficiente para fazer face à correspondente despesa. A título de exemplo refira-se o valor de adjudicação das refeições escolares que no ano letivo transato foi de 175.818,00 € e no atual é de 493.124,50 € com um acréscimo superior a 327.000,00 €, aproximadamente mais de 280 %; O aumento do custo do serviço de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos que ascendeu a mais 84.400,00 €, a mais 11,2 %, no período decorrente de janeiro de 2020 a novembro de 2022 e que se estima seja de mais 375.400,00 €, a mais 51 %, em 2023. Ou seja passámos de 724.600,00 € em 2020 para os estimados 1.100.000,00 € em 2023.

Estes são os indicadores e daí a devida prudência e equilíbrio na gestão do Orçamento Municipal.

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“É apenas para dar conta da abertura do concurso para Chefe de Divisão para as Obras Públicas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Aldeia das Dez, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da XVIII Edição da Festa da Castanha.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“É claro que esta ajuda é sempre bem-vinda mas, há aqui uma coisa, acho que é tardia, porque as festas já decorreram, as Juntas de Freguesia e as entidades envolvidas já disponibilizaram o investimento e fizeram o investimento e, só, agora, vão ter essa ajuda para o evento.

O que eu proponha ao Executivo, se o Executivo assim o entender, é que pudéssemos, antes dos acontecimentos serem feitos, a Câmara Municipal disponibilizar uma parte, ou a quantia que achar justa, porque sabemos que as Freguesias não abundam em dinheiro. Se esta ajuda fosse atribuída antes da realização dos eventos, ou se houvesse a atribuição de uma parte, se calhar ajudaria muito a minorar as aflições financeiras que as juntas também têm.

Depois, temos outras festas que outras Freguesias e instituições fazem e que dão este bom nome e este impacto no Concelho. Teríamos que as identificar todas e, se calhar, incluir no Orçamento da Câmara Municipal uma verba para poder apoiar estes eventos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Vou agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por nos ter apoiado. A nossa festa é a décima oitava Festa da Castanha, e não fui eu que a inventei. Ela foi perdendo o impacto porque os recursos da nossa Freguesia são diminutos. Somos um território extenso, somos um território com uma população envelhecida, somos um território com muitas carências não só ao nível da população mas também das infraestruturas.

Ora, é difícil termos um planeamento dos custos que vamos ter na Festa da Castanha. Foi distribuída uma verba de dez mil euros a todas as Juntas de Freguesia para contemplar estas nossas despesas mas acontece que isto não dá para tudo. Se acharem que não é justo nós podemos abdicar dela, poderemos cortar noutras coisas, podemos não fazer o nosso percurso convenientemente mas vamos ter que fazer a Festa da Castanha porque eu tenho que honrar quem teve essa iniciativa e tenho que lamentar porque alguns Deputados vão pavonear-se para a Festa da Castanha e depois vêm para aqui com esses argumentos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos Pontos III, IV e V, queria só dizer o seguinte: Independentemente dos eventos que são produzidos pelas Juntas de Freguesia há Associações Culturais e Recreativas que fazem determinados eventos e queria salientar, aqui, que também essas Associações são contempladas com subsídios atribuídos pela Câmara Municipal, e que não vêm necessariamente a esta Assembleia Municipal, e, isso, é decidido pelo Executivo da Câmara Municipal.

Queria destacar também o papel das Associações, e refiro-me à Festa das Vindimas, realizada em Lagares da Beira, que tem sempre o apoio da Câmara Municipal mas também tem o apoio da Junta de Freguesia. Haverá outras Associações do Concelho que são também contempladas com algumas ajudas

das Juntas de Freguesia. Também é importante que esses subsídios sejam atribuídos às Juntas de Freguesia porque as Juntas também vão apoiar as Associações.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Aldeia das Dez, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da XVIII Edição da Festa da Castanha, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte declaração de voto:

“Acho que houve aqui um mal-entendido porque eu votei favoravelmente a atribuição dos subsídios às três Juntas de Freguesia. A única coisa que eu propus foi que essa verba pudesse ser repartida em duas partes. Uma parte seria dada antes do evento ocorrer e a outra parte após o evento ocorrer.

Acho que há pessoas que vêm para aqui mais preocupadas em atacar do que em ouvir. Vamos ouvir mais e atacar menos porque até estamos em período de Natal.”

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.000,00 € (sete mil euros), como apoio à realização da Feira do Porco e do Enchido - 2022.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.000,00 € (sete mil euros), como apoio à realização da Feira do Porco e do Enchido - 2022., que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Seixo da Beira, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da Festa do Pão, Bolos e Bôlas - 2022.

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho agradecer a atribuição do subsídio de dois mil euros mas, vou ser muito sincera: Dois mil euros são muito pouco e explico porquê. No seguimento do que disse o Deputado João Brito, esta verba faz muita falta mas, nesta altura, esta verba da feira vai ser usada para manutenção de caminhos florestais porque recentemente tivemos uma derrocada que tivemos que resolver. Esta verba vem tarde mas vem em boa hora e, no próximo ano, pode ser que seja um bocadinho maior.

Desejo um bom ano de 2023 para todos!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio à Freguesia de Seixo da Beira, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da Festa do Pão, Bolos e Bôlas - 2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea h), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação para o período 2023-2026.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Este Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, hoje, é um instrumento fundamental e obrigatório para os Municípios para efeitos de candidaturas ao próximo período de programação de Fundos Comunitários. Ou seja, todos os Municípios têm de dispor de um instrumento de planeamento e programação no âmbito da promoção da igualdade de género e não discriminação.

Acresce a informação de que felizmente Oliveira do Hospital foi pioneira nestes planos e desde 2010 que temos os Planos Municipais para a Igualdade, assim designados na altura, e que eram financiados através do POPH.

Portanto, nesta fase, o projeto foi desenvolvido no âmbito dos dezanove Municípios da Região de Coimbra, através de equipa técnica e depois com a colaboração de cada um dos Municípios.

Quero agradecer o trabalho da Sra. Vereadora, Graça Brito, na coordenação local, na recolha de informação e nos contributos para a realização deste plano.

Este Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, a partir de hoje, e após ser aprovado pela Assembleia Municipal, tem vigência, e é instrumento que ajuda na formalização de candidaturas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação dizer o seguinte: Creio que é um bom documento de diagnóstico e planificação. A questão é saber se responde às necessidades reais do Município de Oliveira do Hospital, porque é um documento para os vários Municípios, mas nós temos de pensar no nosso. Também tenho a opinião que o diagnóstico está condicionado aos indicadores escolhidos. Portanto, não é um diagnóstico feito a partir de baixo mas a partir dos critérios que o diagnóstico impõe porque está condicionado a esta questão de atribuição de financiamento europeu.

Do que li neste documento, ele não fala em desigualdade e discriminação salarial e, essa, é uma discriminação profunda e muito mais vasta do que a discriminação noutras áreas, nomeadamente de violência doméstica, etc. Também não refere a relação entre a inexistência de equipamentos de apoio para dar resposta às tarefas habitualmente arcadas pelas mulheres e que as impede de ter maior participação na vida comunitária e institucional. Não fala na violência no namoro. Não há referências em matéria laboral e a maioria das empresas do nosso Concelho é composta de mão-de-obra feminina.

A questão central é a seguinte: Tendo este projeto iniciado em 2010, que ações foram realizadas na Freguesia de Meruge, porque eram importante que fossem realizadas e porque o Concelho são as dezasseis Freguesias e não é só a sede do Concelho?

As desigualdades também se combatem melhorando as condições gerais de vida de homens e mulheres e, em tempos de crise, são sempre as mulheres as

primeiras a pagar a fatura. Pela leitura do texto parece que as mulheres são todas empresárias e, não o são! A maioria das mulheres e também dos homens são trabalhadores por conta de outrem.

Creio que estes são contributos, na minha opinião, para melhorar.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Sónia Alexandra Guerra Veloso que fez a seguinte intervenção:

“Depois de analisarmos o documento e tendo em conta a importância deste para o Concelho, no âmbito da intervenção social em diferentes áreas, não só as materiais ou as físicas mas também a relevância dada a ações de sensibilização e prevenção para com a desigualdade e discriminação, seja de carácter económico, social, racial ou sexual, é um desiderato das sociedades modernas. Neste âmbito as entidades públicas, as autarquias, implementaram medidas políticas para reduzir e minimizar essas desigualdades e essas discriminações. Aproveito para recordar o slogan “As pessoas são a nossa prioridade”.

Deixem recordar o dia do atendimento ao Município, a relação de proximidade com as pessoas, a presença dos autarcas nas diferentes Freguesias, localidades, associações, iniciativas.

Deixem também recordar as diferentes medidas sociais lançadas: Casa digna, Incentivo à Natalidade, Ativos Sociais, Bolsas de Estudo e tantas outras.

Deixem-me ainda recordar que estas medidas, e outras, surgiram apenas há treze anos, com o anterior Executivo, liderado pelo Presidente José Carlos Alexandrino, sendo o seu Vice-Presidente, José Francisco Rolo, responsável pela Ação Social. Também foi com o Dr. José Francisco Rolo que se criou em 2010, logo no primeiro mandato, o Plano Municipal para a Igualdade, com uma comissão de trabalho da comunidade que foram realizando ações, sendo um exemplo a seguir ao demonstrar também nesta área uma grande sensibilidade e preocupação para com os maus tratos e discriminação racial ou sexual ou até económica.

Todos os anos, no dia 21 de junho, se comemora o Dia Municipal para a Igualdade e, este, é já o terceiro Plano que o Município elabora, onde foram delineadas estratégias de sensibilização junto da população para que sejamos, todos, cidadãos mais responsáveis e conscientes e possamos viver numa sociedade mais igualitária.

Parabenizo o Sr. Presidente da Câmara Municipal por dar continuidade a este trabalho, a apresentação formal do Plano para a Igualdade e Não

Discriminação, alinhado com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal Mais Igualdade, alinhado com a CIM-Região de Coimbra e com dezanove Municípios da Região de Coimbra - Região com Igualdade. A minha apreciação é favorável e desejo que sejam alcançados os objetivos explanados.

Termino a minha intervenção com a frase que é muito conhecida e que faz parte das primeiras páginas do documento, reconhecendo que o trabalho deste Executivo e do Sr. Presidente da Câmara Municipal assenta em ajudar os que mais precisam porque “o sol quando nasce é para todos”.

Votos de um feliz ano novo para todos!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea h), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação para o período 2023-2026, que foi aprovado por maioria com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2022 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2022.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Se alguém se lembra, foi mais ou menos há um ano que aconteceu o que vai acontecer imediatamente a seguir e que é a aprovação do Orçamento. Nessa aprovação eu disse que, daqui por um ano, cá estaremos a passar novamente o Orçamento para mais de vinte milhões de euros, e é efetivamente aquilo que é o nosso Orçamento.

Portanto, hoje, cá estamos nós a fazer uma retificação ao Orçamento que foi aprovado e que estava empoladíssimo mas serve sempre para alguns virem aqui dizer: Parabéns, Sr. Presidente, que grande Orçamento, que grande ambição! O Concelho de Oliveira do Hospital é o maior!

E, agora, desaparece tudo e vamos votar aquilo que é o nosso Orçamento real, ou seja, o valor do Orçamento, depois de retificado, vem para cerca de vinte milhões de euros porque efetivamente é esse o nosso Orçamento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“De facto, por vezes, temos, aqui, umas sensações de *déjà vu*, e todos os anos acontece, e todos os anos vamos ouvindo a mesma coisa, e todos os anos vamos respondendo a mesma coisa. A única coisa que nós temos que perceber é uma questão muito simples: Há muito e muito tempo, e permitam-me que comece como começam as histórias infantis, não era necessário que as Câmaras Municipais levassem revisões orçamentais e porquê? Porque não havia penalizações atribuídas, por parte do Tribunal de Contas, quando a execução do Orçamento é inferior a 85 % e, neste momento, há.

Curiosamente isto aconteceu já nos últimos treze anos! Se tivesse acontecido há mais tempo os Senhores poderiam eventualmente lembrar-se e ter conhecimento que isto acontecia e porquê? Porque teriam apresentado perante esta Assembleia Municipal, nos Executivos a que presidiam, Orçamentos também eles empolados mas com uma única diferença: Estes Orçamentos empolados têm servido para captar fundos externos para a realização de uma quantidade de obras que, hoje, andam a atrapalhar os Oliveirenses, segundo a vossa ideia. Hoje temos muitas obras que demoram a acabar. Há muitas e muitas obras e é uma massada! É o pó, no verão, é a lama, no inverno. Essas obras, grande parte delas, são financiadas à conta desse diferencial do Orçamento. Porquê? Porque as verbas estão lá nas receitas e são captadas parte delas e não são todas! Há que reajustar.

Se os Senhores eventualmente tivessem sido poder nos últimos treze anos já aqui tinham estado a propor revisões desta natureza mas, como não têm sido, e as outras Câmaras Municipais onde os Senhores são poder também o fazem e ao menos poderiam informar-se e aprender com eles.

Não há razão também para terem problemas destes porque, nos próximos anos, não apresentarão, aqui, nem Orçamentos para serem aprovados nem revisões para serem aprovadas no final do ano, e por uma razão muito simples: Não estão cá!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Não me choca nada que haja revisões e retificações porque isso faz parte e é uma prática comum a nível nacional. Não há nenhum Município e Freguesia que não faça revisões ao Orçamento. Nas Freguesias temos o mesmo problema

porque quando dependemos de terceiros é incerto o financiamento. Se não estiver a rubrica aberta é evidente que não posso rececionar as verbas para as candidaturas que forem aprovadas. A revisão ao Orçamento não descredibiliza o Município e não descredibiliza quem executa essa revisão por necessidade legal.

Trago, aqui, questões que resultam da leitura dos documentos. O apoio às Freguesias vai manter-se, sendo que vai haver alteração nas transferências? Acho que é um gesto de respeito do Executivo pelas Freguesias manter a dotação que tínhamos até aqui, são cerca de trinta mil euros. Creio que isso era importantíssimo porque está provado e nós temos aqui uma experiência que merecia ser discutida. Se as Freguesias tiverem meios elas vão fazendo as obras mesmo que seja em parceria com o Município e, isto, é importante. Se as Freguesias não tiverem dinheiro têm que vir “bater à porta” de quem o tem e de quem tem os mecanismos para executar as obras. Penso que era importantíssimo manter esse apoio.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Praticamente já foi dito tudo e quero só complementar com o seguinte: O Orçamento é sempre um documento previsional e irrealista e, isto, acontece há treze anos e vai acontecer, mais uma vez, no décimo quarto ano.

Estas questões da execução e da previsão são questões diferentes. Naturalmente que os anos são diferentes, há situações novas que ocorrem durante o ano, houve os incêndios, houve a pandemia, houve enxurradas, e, isso, altera a execução do Orçamento e nós temos que ser dinâmicos. O Orçamento é um documento dinâmico e não é um documento compactado.

Outra coisa é fazer números políticos e também cá estamos para isso!

Também já foi referido que, nos últimos anos, a lei obriga a fazer esta revisão aos Orçamentos e, quem não esteve no poder nestes últimos anos, não tem essa experiência mas, temos Câmaras Municipais aqui ao lado, e não é preciso ir muito longe, podem ir à Câmara de Arganil para perceberem como é que é.

Esta revisão ao Orçamento é perfeitamente aceitável, e está dentro dos trâmites, e os valores não são tão significativos, e naturalmente que é de aprovar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Orçamento, a par das Grandes Opções do Plano, é um documento de gestão previsional.

Para além da receita e despesa corrente acomoda a receita e despesa de capital necessária à sustentação nos investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano. Na sua elaboração é previsto um conjunto de investimentos cuja concretização está condicionada, por um lado, à obtenção de financiamento e, por outro lado, ao ritmo de execução de empreitadas.

No final de cada ano constata-se uma diferença entre o valor orçamentado e o executado até à data.

Por imperativo legal a Taxa de Execução do Orçamento Municipal deve ser igual ou superior a 85 %.

A Execução Orçamental tem sido pautada por um escrutínio rigoroso e por uma gestão cuidada e por uma opção clara pela prudência na gestão orçamental.

Assim, e apesar do aumento abrupto da despesa corrente causado essencialmente pela mais que duplicação dos custos da energia, mas também da despesa de capital por força das revisões de preços das empreitadas, tal gestão tem permitido manter um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores e um saldo de gerência possível.

As revisões ao Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes e Orçamento Municipal que ora se apresentam à análise e aprovação da Assembleia Municipal, na plena utilização de um instrumento modificativo legalmente previsto, completam uma estratégia de adequação de tais documentos às exigências legais em matéria de compromissos e fundamentalmente à Taxa de Execução Orçamental de pelo menos 85 %.

Em conclusão, reafirmamos que esta é uma proposta em que a revisão orçamental é assumida como um instrumento legal usado pela larga maioria dos municípios. Trata-se de um ajustamento à execução real do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2022, enquanto documentos previsionais.

Devo lembrar que este ajustamento é feito num quadro de: 2022 é um ano de guerra na Europa com implicações económicas e financeiras; 2022 é um ano marcado por uma inegável escalada da inflação; 2022 é marcado por bloqueios nas cadeias logísticas de distribuição de bens, com implicação na aquisição e distribuição de equipamentos e aquisição de serviços; Um ano

marcado por problemas de indisponibilidade de mão-de-obra e de atraso de empreitadas.

É um Orçamento que tinha uma dotação inicial de trinta e nove milhões de euros e um valor final de vinte e seis milhões de euros.

Agora tenho que fazer um comentário político: Primeiro pedem-nos orçamentos ambiciosos e, depois, acusam-nos de propor orçamentos empolados. Por fim, criticam-nos porque fazemos ajustamentos à real execução. É esta a rotina que também ouvimos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2022 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2022, que foi aprovado por maioria com sete votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; O Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; A Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A proposta de Orçamento para 2023 e as Grandes Opções do Plano constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028, é uma proposta assumidamente prudente em face do momento em que vivemos.

O Orçamento ascende a trinta e quatro milhões cento e vinte e cinco mil euros e as Grandes Opções do Plano a vinte e cinco milhões cento e vinte cinco mil duzentos e setenta e cinco euros. Verifica-se um decréscimo do Orçamento em relação a 2022 na ordem de um milhão e cem mil euros, muito por força de um conjunto de intervenções municipais executadas ao abrigo de candidaturas a programas de financiamento comunitários uma vez que as obras vão ser

executadas, como é o caso da empreitada do Campus Educativo, e da expansão sul da Zona Industrial, bem como a aquisição dos correspondentes lotes que originaram esta mesma redução do Orçamento.

Um outro aspeto relevante e que tem sido muito debatido nos últimos tempos é a questão do equilíbrio financeiro do Orçamento e neste domínio os documentos em análise têm garantido o princípio do equilíbrio financeiro, o que para nós é fundamental. Ou seja, o equilíbrio entre receitas correntes ser igual ou superior às despesas correntes mais os gastos com amortizações e empréstimos que no ano de 2023 terão algum crescimento por aumento das taxas de juro.

Este Orçamento foi elaborado tendo por base várias prioridades: A primeira prioridade é concluir um conjunto de intervenções municipais executadas ao abrigo de candidaturas a programas de financiamento comunitário cujo objetivo é executar e concluir e obter os respetivos reembolsos e se possível ainda aceder à Bolsa de Recuperação, ou seja, captar mais financiamento comunitário. A segunda prioridade é apoiar os cidadãos e as famílias em situação de carência económica por força do impacto da inflação nos orçamentos familiares a fim de evitar situações de rutura. Outra das premissas é executar projetos já aprovados no âmbito do PRR onde se encontra inscrito o maior investimento de sempre deste Município com financiamento comunitário e que é a construção da nova área de acolhimento empresarial e da respetiva comunidade de energias renovável e ainda executar os projetos já aprovados no âmbito do PRR assim como os contratos programa celebrados com o Governo para modernização de diversos equipamentos municipais e outros em parceria. Uma outra das premissas é cumprir com os compromissos financeiros no âmbito da delegação de competências com as Freguesias do Concelho e, ainda, realizar uma gestão financeira prudente e equilibrada no contexto da inflação crescente. Um outro aspeto relevante diz respeito ao planeamento, ou seja, preparar o acesso aos Fundos Comunitários do Portugal 2030 e negociar os fundos do Pacto da Comunidade Intermunicipal para a Região de Coimbra.

Dizer, ainda, que outro dos objetivos é claramente a conclusão do processo de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital de modo a salvaguardar investimentos públicos ou privados e rasgar outros horizontes para o Município.

Esta componente do planeamento é importante uma vez que a capacidade comercial implica ter maturidade nos projetos e encomendar a prestação de serviços nos vários projetos de execução porque a maturidade das nossas

intenções de investimento serão demonstradas por termos um projeto de arquitetura, por termos arquitetura e especialidades já elaboradas ou inclusivamente por ter lançado o processo em contratação pública.

Dizer, também, relativamente às Grandes Opções do Plano que os objetivos com maior dotação são a Educação, com mais de cinco milhões e trezentos mil euros, o Urbanismo, com três milhões e quinhentos mil euros, assim como a Cultura, Desporto e Tempos Livres, com dois milhões trezentos e cinquenta mil euros, assim como o Desenvolvimento Económico onde se integram as obras da Zona Industrial. O outro objetivo diz respeito às Comunicações, aqui com um grande impacto a rede viária e sinalização.

Notar também que com maior crescimento orçamental temos a Família, Solidariedade e Ação Social que cresceu 69 %, passou de setecentos e trinta e sete mil euros para um milhão trezentos e vinte mil euros, pela necessidade de proteger famílias e cidadãos em situação de vulnerabilidade. A Saúde também cresceu 180 %, passou de cinquenta e um mil euros para cento e noventa e quatro mil euros, muito pela primeira fase daquilo que é a expectativa de aprovação das Obras de Requalificação e Re-funcionalização no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital candidatas ao PRR.

Relativamente às Freguesias dizer que a verba inscrita em 2022 era de seiscentos e setenta mil euros, e foi feita uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta para estabilizar nos seiscentos e setenta mil euros em função das disponibilidades financeiras da Câmara Municipal e em 2023 reforçámos a dotação para seiscentos e noventa mil euros, com o compromisso de a haver lugar a reforço de verbas seria também reforçada a componente de descentralização às Freguesias tal como foi aqui discutido com os Srs. Presidentes de Junta na reunião preparatória para a elaboração do Orçamento Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Uma leitura global do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028 dão-nos uma imagem mas, se formos ao concreto e às letras pequeninas, a visão é outra. Isto para dizer que analisando o Orçamento verificamos que 50 % deste Orçamento de trinta e quatro milhões de euros é para Oliveira do Hospital: São dezassete milhões de euros, que são as contas que fiz rapidamente, que estão em causa. Ora, isto, é grave, na minha

opinião! Não quero dizer que as obras não sejam necessárias, e não quero dizer que o investimento não tenha que ser feito, mas, isto, cria desequilíbrios profundos entre a sede do Concelho e as Freguesias e, isto, não torna o Concelho mais coeso, como diz na sua análise o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e não torna o Concelho dotado dos mesmos instrumentos para o desenvolvimento.

Quero congratular-me por este gesto do Município, num tempo em que as Freguesias vão receber diretamente as verbas do Orçamento de Estado e a Câmara Municipal vai manter e aumentar, neste caso são cinquenta mil euros de dotação para as Freguesias. É um caminho que deve ser prosseguido e deve ser implementado no futuro.

Depois, sobre a questão do Balcão do Cidadão: A dotação orçamental é baixíssima e quero perguntar se isto é para avançar, tendo em conta a importância que isto tem?

Dizer também que não sei onde é a casa do jardineiro e, por isso, não me posso pronunciar a favor, mas gostava de saber!

Depois, a questão dos parques infantis: Recorrentemente temos colocado a questão da necessidade de dois parques infantis em Meruge e isto tem sido protelado. Já vi que há verbas no Orçamento e, por isso, quero manter esta reclamação porque eu penso que é uma responsabilidade Municipal.

Depois, a questão do investimento na rede viária e a importância de algumas ligações específicas que estão contempladas no Orçamento: Quero voltar a colocar, aqui, a questão da necessidade urgente do alargamento da variante nascente e também da construção da variante à igreja matriz porque, como se sabe, o carro de recolha do lixo, por exemplo, não passa entre a igreja e o cemitério e é necessário encontrar uma solução que permita não só ao carro de recolha do lixo mas também aos carros pesados circularem.

Depois, a questão central e nuclear que se coloca na nossa Freguesia, como já foi também aqui falado por outras Freguesias, é a questão do saneamento, a questão da água está praticamente resolvida: Não é admissível no século XXI termos áreas contínuas sem saneamento básico. Já fizemos saber à Câmara Municipal várias vezes, e de várias formas, esta necessidade sendo que algumas são de fácil resolução.

Depois, há no Orçamento uma série de elementos, criação de percursos pedestres, ciclovias, etc, e a questão que vou colocar neste ponto mas que se aplica a outros pontos é a seguinte: Como é que se chega a todos estes apoios? E isto para dizer o quê? Eu creio que há aqui um défice de informação às Juntas

de Freguesia relativamente às possibilidades de candidaturas. Eu sinto isso e não sei se todos os meus colegas também o sentem! Nós não sabemos das candidaturas e, confrontamo-nos, depois, com a sua realização. Sempre que há possibilidades de candidaturas para as Freguesias devia seguir um *mail* a informar dessa possibilidade. Creio que era extremamente importante!

Há também no Orçamento os eventos dinamizadores da atividade económica mas depois não se especifica o que é e como é que se lá chega.

Depois, manifestar, aqui, uma discordância de fundo com a atribuição de trezentos e cinquenta mil euros aos Bombeiros. Toda a gente tem este pendor para apreciação da atividade dos bombeiros, e eu também tenho e não sou insensível a isso, mas, o que me choca, é o seguinte: São trezentos e cinquenta mil euros pelo menos para uma corporação que tem, ao que me consta e a fonte é fidedigna, mais de dois milhões de euros aplicados em ações. Ora, isto, tem que ser ponderado e não se pode estar a despejar o erário municipal para um lado quando esse lado tem capacidade de sustentação. As necessidades das corporações dos bombeiros não são todas iguais. Dizer, ainda, que isto contrasta com as exigências que se fazem às associações de cultura e recreio que têm que mandar o plano de atividades, a constituição da direção eleita, o montante das despesas, etc, etc, e, depois, acontece, como aconteceu com a Associação dos Amigos de Meruge, que pediu que lhe fosse atribuído o subsídio de 2022 porque retomou a atividade, e a resposta que recebeu foi que não é uma associação cultural mas, isso, não é absolutamente rigoroso porque a Associação dos Amigos de Meruge é uma associação cultural. Para além do mais a Associação dos Amigos de Meruge tem uma tuna que se chama Tuna e Cantares da Associação dos Amigos de Meruge.

Depois uma questão particular da Freguesia de Meruge relacionada com os equipamentos para a primeira intervenção nos incêndios: Temos lá aquela maquinaria toda que nos foi distribuída já não sei há quantos anos mas é uma maquinaria inútil porque não temos meios para a utilizar. Andamos a tentar comprar uma carrinha e o mais barato que encontramos é uma carrinha em segunda mão que custa quinze mil euros. Ora, se investirmos quinze mil euros, num orçamento de trinta mil euros, é evidente que as outras coisas ficam para trás. Acho que se justificava fazer um levantamento em todas as Freguesias de todos os equipamentos e de todos os meios que existem para os utilizar na primeira intervenção e, depois, haver um apoio equilibrado a todas as Freguesias para que de facto o Concelho esteja melhor dotado de capacidade para a primeira intervenção nos incêndios.

Também queria saber o que é a aldeia do futuro e como é que são feitas as candidaturas? Sou um partidário de aldeias de futuro, sem esquecer o património cultural que é adjacente à existência das aldeias, e algumas delas que infelizmente ainda estão no passado, e não é por culpa delas.

Relativamente à questão da eletricidade dizer o seguinte, e já transmiti isto ao Sr. Presidente várias vezes: Eu chego ao café e há sempre uns “maduros” que me vêm colocar a mesma questão e que me dizem “*a minha rua não tem extensão elétrica e está às escuras*”, e vem outro e diz que faltam postes elétricos mas isto não depende da Junta de Freguesia, não é a Junta de Freguesia que tem essa responsabilidade. São coisas que se esperam há seis e sete anos e acho que já é tempo de se resolverem nomeadamente o reforço do PT de Nogueirinha e que é uma questão sensível.

Relativamente à questão de aquisição de viaturas por parte dos clubes de futebol, e a pergunta que faço é a seguinte: Porque não tornar extensiva a medida, também, às associações que têm um papel relevante do ponto de vista cultural e do ponto de vista das dinâmicas locais, etc? O que vi era exclusivo para os clubes de futebol!

Dizer também que há para o desporto uma verba de um milhão quatrocentos e setenta mil euros. Fala-se num plano de aplicação de um relvado sintético, etc, etc, e creio que era importante sabermos o que é que as Freguesias podem também beneficiar com esta verba?

Relativamente a um milhão de euros que está destinado ao campo de futebol de Oliveira do Hospital quero manifestar, aqui, publicamente e sem nenhum receio, o meu mais veemente desacordo em relação a isso. É um campo de futebol onde se vai investir um milhão de euros e que vai continuar sem poder ser usado para as equipas seniores. Ora, há pelo menos duas situações no Concelho que podiam ser utilizadas para a construção de um espaço dotado de campos de treino, pistas, etc, etc. O campo de Lagos da Beira fica a três minutos de Oliveira do Hospital e tem muito espaço envolvente ou o campo da Bobadela que é um campo bastante grande.

Relativamente às consignas do Município Amigo dos Investidores e Amigo das Famílias, também se deveria ter nessas consignas um Município Amigo dos Trabalhadores. Acho que ficava bem e correspondia de certo modo a alguma prática que o Executivo tem levado.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“O que nos traz aqui é, mais uma vez, o Orçamento, e, pelo que percebi, hoje, e demorei treze anos para o perceber, é obrigatório os Orçamentos estarem empolados, desorganizados, não ter uma linha para que se consiga perceber qual é o desenvolvimento do Concelho. Aquilo que para nós são os focos essenciais de desenvolvimento, eles aparecem distribuídos entre 2023, 2024 e 2025. Ou seja, é mais ou menos como vocês no PS dizem é onde cair. Portanto não há um norte, não há uma linha de desenvolvimento, é o depois, logo se vê onde vamos conseguir fazer esta obra ou aquela obra. E arranjaram uma maneira para empolar o Orçamento e põem as receitas daquilo que é financiado para 2023 e, depois, as despesas dessas obras metem-nas em 2024, em 2025, como é o caso do Centro de Saúde e das Piscinas.

Muitas obras que deviam ser feitas com a maior urgência têm grande parte do capital afeto a 2024 e 2025. Podemos falar, por exemplo, nas obras do Centro de Saúde, e sabemos que há um acordo celebrado entre o Município e a ARS do Centro para se fazer a obra, e há um projeto, e isto aparece apenas para 2024 como grande investimento.

Portanto, há, aqui, uma data de obras que nós achamos que era importante serem feitas e estão todas despachadas para 2024 e 2025.

Achamos que o PS tem que realmente fazer um Orçamento menos empolado, mais realista, e mais do que isso é saber o que é que quer em 2022 e onde é que quer estar em 2025.

Desejo-vos um excelente ano de 2023 com muita saúde.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Sobre o Orçamento dizer o seguinte: Teremos que pedir a um especialista na matéria para nos dar algumas lições de como é feito um Orçamento ou, pelo menos, o que é que se pretende com na elaboração de um Orçamento. A palavra orçamento já diz tudo!

O Orçamento é constituído pelas previsões de receitas e despesas e, depois, tem as Grandes Opções do Plano, tem os Planos Plurianuais de Investimento. Há aqui uma coisa que é importante: Primeiro salientar a apresentação do Orçamento. Acho que o Município fez uma apresentação esmerada, perfeitamente transparente e explícita e sem qualquer tipo de dúvidas. Portanto, quero felicitar a elaboração do Orçamento.

Na verdade num Orçamento têm que ser acauteladas algumas situações, por exemplo, neste momento nós sabemos que há vários tipos de captação de

fundos mas se no Orçamento não estiver a cabimentação, quer na receita, quer na despesa, para poder aplicar, é claro que depois teremos dificuldades. Não se pode dizer que o Orçamento é empolado porque ele tem que ter algumas coisas que podem não se concretizar e, por isso, como foi feito este ano e será feito com certeza nos próximos anos, há depois as alterações ao Orçamento como acabámos de fazer no Ponto anterior.

Salientar, aqui, que na conjuntura em que vivemos não é fácil fazer um Orçamento, nem para esta Câmara Municipal nem para qualquer outra Câmara Municipal do País, devido às constantes alterações e ao momento que se vive. Isto não é fácil!

Dizer ainda que neste Orçamento está contemplada a Ação Social, a Educação, a Cultura, o apoio às Freguesias, etc. Estão aqui contemplados todos os setores e estão cabimentadas verbas para o Executivo poder trabalhar e está também acautelada a sustentabilidade da Câmara Municipal. A sustentabilidade financeira da Câmara Municipal tem sido uma preocupação deste Executivo, e também do anterior, e com o aumento de despesas nomeadamente na eletricidade, nos custos de obras, etc, penso que está acautelada essa situação.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, quero fazer a seguinte nota: Há muitos anos, lembro-me de haver, aqui, discussões porque havia diferenciação entre o que se dava a Nogueira do Cravo, para o futebol, e o que se dava a Oliveira do Hospital, para o futebol; Havia discussão entre o que se dava aos bombeiros de Lagares da Beira e o que se dava aos bombeiros de Oliveira do Hospital e, esta Câmara Municipal, e bem, tem mantido alguma igualdade e tem havido equilíbrio no que se dá a cada uma das Corporações de Bombeiros porque de facto fazem o mesmo trabalho e uma tem uma parte do Concelho e a outra tem outra parte do Concelho. Acho que é justo a Câmara Municipal contemplar as Corporações de Bombeiros, independentemente do valor da conta bancária que alguma tem.

Relativamente a este Ponto dizer que vou votar favoravelmente o Orçamento.

Desejo, a todos, um excelente ano de 2023.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Acho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já disse praticamente tudo e já explicou claramente o Orçamento.

Vou só realçar três questões: Estamos numa conjuntura que nunca esperávamos ter, estamos com uma inflação galopante, temos uma fatura energética com aumentos exponenciais e também houve aumentos no gás e nos combustíveis, o que condiciona naturalmente a atividade da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e condiciona a atividade das famílias.

Há um conjunto significativo de obras que transitam para o ano seguinte. Normalmente as obras são plurianuais, não se fazem todas num ano e, por isso, é que a despesa e a receita nos orçamentos também transita. O que acontece agora é uma realidade nova, é a revisão de preços que traz ónus para a Câmara Municipal. As revisões de preços, nas obras subsidiadas por Fundos Comunitários, é a Câmara Municipal que as suporta e, por isso, há todo o interesse para que as obras sejam terminadas o mais rapidamente possível e que cumpram o prazo dado para uso dos Fundos Comunitários.

Há aqui também um grande componente que é o apoio às famílias, às comunidades e às coletividades.

A outra questão que queria realçar, e que também já foi falada, é a seguinte: A Câmara Municipal continua a apoiar fortemente as Juntas de Freguesia e não foi cortado um cêntimo. Num ano difícil que vamos viver, o ano de 2023, a Câmara Municipal teve o cuidado de pensar nas Juntas de Freguesia e nas relações de proximidade que elas têm com os seus fregueses. As verbas atribuídas são importantes para fazerem obras nas Freguesias.

Neste Orçamento há novas obras que já foram referidas como, por exemplo, o Centro de Saúde.

Referir ainda a Comunidade de Energia Renovável, que é uma coisa nova e que só três Municípios da Região Centro têm candidaturas aprovadas. A energia renovável vai proporcionar uma mudança de paradigma para a Zona Industrial.

Todos nós temos o cuidado de nos prepararmos para as reuniões da Assembleia Municipal e certamente que todos leram os documentos relacionados com o Orçamento e verificaram o montante das verbas atribuídas nas diferentes áreas, nomeadamente Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Habitação, etc.

O Orçamento representa 34,1 milhões de euros, sendo 16,8 milhões de euros de despesas de capital, a receita é de 19,1 milhões de euros, a despesa é de 17,9 milhões de euros e as GOP de 25,1 milhões de euros. Como é fácil fazer contas, há aqui um equilíbrio orçamental de 1,18 milhões de euros e tomara que todas as organizações e empresas tivessem uma saúde financeira como tem a

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Referir, ainda, que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital paga num prazo muito curto aos seus fornecedores.

Não percebo como é que se pode votar contra este Orçamento e não percebo quando se diz que este Orçamento não é equilibrado!

Este Orçamento tem uma redução de 1,1 milhões de euros em relação ao Orçamento do ano anterior. É um orçamento cauteloso e realista.

Naturalmente que vamos votar a favor o Orçamento e com esta equipa que temos na Câmara Municipal temos a certeza que Oliveira do Hospital tem futuro e vai continuar na senda do desenvolvimento apesar das condicionantes externas e que todos conhecemos.

Desejo a todos um excelente ano de 2023.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Admito que um documento como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano é um documento pesado, e é um documento de difícil digestão, e nem todos temos a capacidade de o perceber em toda a sua amplitude, e eu sou o primeiro a reconhecer isso, mas há coisas que me parecem algo estranhas!

Parece-me algo estranho que alguém venha aqui tentar dizer que este Orçamento é *“feito no ar, põe-se ali para depois tirar aqui e vamos lá ver onde é que isto cai”*.

As regras orçamentais estão perfeitamente definidas na lei. A lei diz o que se pode fazer e o que não se pode fazer. Também podemos vir para aqui sem ler o Orçamento e podemos votá-lo sem o ler mas, pelo menos, devíamos ler a ordem de trabalhos. Curiosamente a ordem de trabalhos, nomeadamente o Ponto VIII, refere que vamos discutir e votar a proposta das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos. Ora, parece-me que plurianual quer dizer vários anos. Ou seja, o que estamos aqui a discutir não é apenas o Orçamento de 2023, é aquilo que no Orçamento de 2023 influencia o ano de 2023 e influencia os anos seguintes porque senão não estaria aqui e não era um dos documentos que faz parte do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e refiro-me ao Plano Plurianual de Investimentos. Se uma obra é executada em três anos a despesa não pode estar prevista toda no primeiro ano.

Deixem-me dizer-vos, já assisti a muitas discussões sobre o Orçamento mas, com toda a franqueza e não levem a mal o que vou dizer, e sou amigo de todos e até podemos ter divergências políticas, mas nunca ouvi uma justificação

tão fraca para votar contra o Orçamento como ouvi este ano dos Deputados Municipais do PSD. Não foi aqui dito nada de substancial sobre o Orçamento.

Devo dizer-vos que me faz confusão que haja Deputados desta Assembleia Municipal da Coligação PSD/CDS que votem contra com base nesses argumentos. Chumbar o Orçamento com base nestes argumentos é uma coisa inacreditável e que nunca, aqui, vi. É uma pobreza em termos de análise técnica do documento e em termos de análise política do documento. É triste que isso aconteça mas compreendemos porque é o que temos!

O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresenta-nos de facto um documento, para nossa apreciação e votação, que leva em conta aquilo que são as dificuldades previsíveis para o próximo ano, dificuldades essas que já sentimos em 2022 e que tanto quanto se percebe vão ser prolongadas para 2023 e não sabemos até quando. É, de facto, um Orçamento prudente. É, de facto, um Orçamento realista que não embarca em contos de fadas e não embarca sobretudo em tentativas megalómanas de pretender o céu e a terra. É um Orçamento que é baseado no rigor das contas e, isso, por mais discussão política que possa existir, ninguém nesta Assembleia Municipal pode dizer o contrário. É um Orçamento que assenta na continuidade e nas obras que estão em execução e que têm que ser terminadas. É um Orçamento que aposta na coesão territorial e aposta numa tentativa de valorização de todo o território do Concelho não apenas com as receitas próprias do Município mas sobretudo com as potenciais captações de Fundos Comunitários. É um Orçamento que apoia as famílias e, depois, as empresas. É um Orçamento que demonstra que se pretende avançar para novas obras. É um Orçamento realista que abrange a Educação, a Formação Profissional, a Habitação, o Urbanismo, o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, a Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, os Encargos de Funcionamento de Carácter Plurianual, Comunicações e Transportes, Segurança e Proteção Civil, Família Solidariedade e Ação Social, Saneamento e Salubridade.

É um Orçamento que qualquer Município deste País se orgulharia de apresentar a sufrágio na Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero dar-lhe os parabéns pelo Orçamento e espero que as previsões se cumpram o mais próximo possível e, não tenha problemas, no caso da execução ficar aquém daquilo que é o esperado e o desejado, porque também cá estaremos para, através da tal revisão tão mal amada por alguns, resolver a questão.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para os anos de 2023/2028; O Orçamento da Receita e da Despesa para 2023 e Plano Orçamental Plurianual; A Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023, que foi aprovado por maioria, com seis votos contra.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Estamos no final do ano e gostava de deixar umas palavras de agradecimento a todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal pela forma como os trabalhos têm decorrido. Quero também agradecer aos Srs. Deputados Municipais que me acompanham aqui na Mesa da Assembleia e também agradecer ao Executivo da Câmara Municipal.

Desejo a todos um feliz ano de 2023 com muita saúde.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezassete horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segunda Secretária) _____